



PREFEITURA DE
IPUEIRAS
nasce um novo tempo

LDO

**LEI DE DIRETRIZES
ORÇAMENTÁRIAS
EXERCÍCIO 2024**





LEI Nº 1.081, DE 12 DE JUNHO DE 2023.

Estabelece a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para o Exercício Financeiro de 2024.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IPUEIRAS, ESTADO DO CEARÁ**, no uso de suas atribuições legais e constitucionais, conferidas pela Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal de Ipueiras **APROVOU** e eu **SANCIONO** e **PUBLICO** a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, inciso II e § 2º, da Constituição Federal, na Lei Orgânica do Município, e na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e Lei Complementar nº 156 de 28 de dezembro de 2016 e Lei Complementar nº 178 de 13 de janeiro de 2021, às diretrizes gerais para elaboração do orçamento do Município, relativas ao exercício de 2024, compreendendo:

- I - As prioridades e metas da administração pública municipal extraídas do Plano Plurianual para 2022-2025;
- II - A estrutura e organização dos orçamentos;
- III - As diretrizes para elaboração e execução dos orçamentos e suas alterações;
- IV - As disposições relativas à dívida pública municipal;
- V - As disposições relativas às despesas do Município com pessoal e encargos sociais;
- VI - As disposições sobre alterações na legislação tributária;
- VII - As disposições gerais.

§ 1º As diretrizes orçamentárias têm entre suas finalidades:

- I - Orientar a elaboração e a execução da Lei Orçamentária Anual para o alcance dos objetivos e das metas do Plano Plurianual – PPA;
- II - Ampliar a capacidade do Município de garantir o provimento de bens e serviços à população;



§ 2º A elaboração, fiscalização e controle da lei orçamentária anual para o exercício de 2024, bem como a aprovação e execução do orçamento fiscal e da seguridade social do Município, além de serem orientados para viabilizar o alcance dos objetivos declarados no PPA, devem:

I - Priorizar o equilíbrio entre receitas e despesas;

II - Evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo amplo acesso da sociedade aos dados do orçamento, inclusive por meio eletrônico;

III - Atingir as metas relativas a receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidos nesta Lei.

Art. 2º Integram a presente Lei os seguintes anexos, em cumprimento ao disposto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000 e suas alterações:

I - Anexo de Metas Fiscais / Metas Anuais – demonstrativo I;

II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - demonstrativo II;

III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - demonstrativo III;

IV - Evolução do Patrimônio Líquido - demonstrativo IV;

V - Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a alienação de ativos - demonstrativo V;

VI - Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do RPPS – Receitas e Despesas Previdenciárias Projeção Atuarial - demonstrativo VI;

VII - Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - demonstrativo VII;

VIII - Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - demonstrativo VIII;

METAS FISCAIS ANUAIS

Art. 3º Em cumprimento ao § 1º, do art. 4º, da Lei de Complementar nº 101/2000, Demonstrativo I- Metas Fiscais Anuais, será elaborado em valores correntes e constantes, relativos às Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal e Montante da Dívida Pública, para o exercício de referência e para os dois seguintes.

§ 1º Os valores correntes dos exercícios de 2023, 2024 e 2025 deverão levar em conta a previsão de aumento ou redução das despesas de caráter continuado, resultantes da concessão de aumento salarial, incremento de programas ou atividades incentivadas, inclusão ou eliminação de programas, projetos ou



atividades. Os valores constantes, utilizam o parâmetro do índice Oficial de Inflação Anual.

§ 2º Os valores da coluna relacionados ao "% PIB" são calculados mediante a aplicação do cálculo dos valores correntes, divididos pelo PIB Estadual, multiplicados por 100.

§ 3º As metas fiscais estabelecidas nesta Lei poderão ser ajustadas quando do encaminhamento do projeto de lei orçamentária anual, se verificadas alterações no comportamento das variáveis macroeconômicas utilizadas nas estimativas das receitas e despesas;

§ 4º Durante o exercício de 2024, a meta resultado primário prevista no demonstrativo I, poderá ser reduzida até o montante que corresponder à frustração da arrecadação das receitas que são objeto de transferência constitucional, com base nos artigos 158 e 159 da Constituição Federal.

§ 5º Para os fins do disposto no § 4º, considera-se frustração de arrecadação, a diferença a menor que for observada entre os valores que forem arrecadados em cada mês, em comparação com igual mês do ano anterior.

§ 6º Nas hipóteses de revisão dos valores das metas fiscais de que trata este artigo, e para efeitos de avaliação na audiência pública prevista no art. 9º, § 4º, da LC nº 101/2000, as receitas e despesas realizadas serão comparados com as metas ajustadas.

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

Art. 4º Atendendo ao disposto no § 2º, inciso I, do Art. 4º da LRF, Demonstrativo II - Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior, tem como finalidade estabelecer um comparativo entre as metas fixadas e o resultado obtido no exercício orçamentário anterior, de Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, incluindo análise dos fatores determinantes do alcance ou não dos valores estabelecidos como metas.

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Art. 5º De acordo com o § 2º, item II, do Art. 4º da LRF, Demonstrativo III - Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores, de



Receitas, Despesas, Resultado Primário e Nominal, Dívida Pública Consolidada e Dívida Consolidada Líquida, deverão estar instruídos com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da Política Econômica Nacional.

Parágrafo Único - Objetivando maior consistência e subsídio às análises, os valores devem ser demonstrados em valores correntes e constantes, utilizando-se os mesmos índices já comentados no Demonstrativo I.

EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Art. 6º Em obediência ao § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo IV - Evolução do Patrimônio Líquido, deve traduzir as variações do Patrimônio do Município de forma consolidada.

Parágrafo Único. O Demonstrativo apresentará em separado a situação do Patrimônio Líquido do Regime Previdenciário.

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Art. 7º O § 2º, inciso III, do Art. 4º da LRF, o Demonstrativo V - que trata da Evolução do Patrimônio Líquido, estabelece também, que os recursos obtidos com a alienação de ativos que integram o referido patrimônio, devem ser reaplicados em despesas de capital, salvo se destinada por lei aos regimes de previdência social, geral ou próprio dos servidores públicos.

AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E ATUARIAL DO REGIME PRÓPRIO DA PREVIDÊNCIA DOS SERVIDORES PÚBLICOS

Art. 8º Em razão do que está estabelecido no § 2º, inciso IV, alínea "a", do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais integrante da Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO, o Demonstrativo VI, deverá conter a avaliação da situação financeira e atuarial do regime próprio dos servidores municipais, nos três últimos exercícios. Esse demonstrativo estabelece um comparativo de Receitas e Despesas Previdenciárias, terminando por apurar o Resultado Previdenciário e a Disponibilidade Financeira do RPPS.



ESTIMATIVA A COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Art. 9º Conforme estabelecido no § 2º, inciso V, do Art. 4º, da LRF, o Anexo de Metas Fiscais, Demonstrativo VII, deverá conter informações que indique a natureza da renúncia fiscal e sua compensação, de maneira a propiciar o equilíbrio das contas públicas.

§ 1º A renúncia compreende incentivos fiscais, anistia, remissão, subsídio, crédito presumido etc.

§ 2º A compensação será acompanhada de medidas provenientes do aumento da receita, elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo, majoração ou criação de tributo ou contribuição.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

Art. 10 O § 20, inciso V, do Art. 40 da LRF, considera obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

Parágrafo Único. O Demonstrativo VIII - Margem de Expansão das Despesas de Caráter Continuado, destina-se a permitir possível inclusão de eventuais programas, projetos ou atividades que venham caracterizar a criação de despesas de caráter continuado.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DAS RECEITAS E DESPESAS

Art. 11 O § 20, inciso II, do Art. 4º, da LRF, determina que o demonstrativo de Metas Anuais seja instruído com memória e metodologia de cálculo que justifiquem os resultados pretendidos, comparando-as com as fixadas nos três exercícios anteriores, e evidenciando a consistência delas com as premissas e os objetivos da política econômica nacional.

Parágrafo Único. A base de dados da receita e da despesa constitui-se dos valores da receita arrecadada e da despesa executada nos três exercícios anteriores e das previsões para 2024, 2025 e 2026.



METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO PRIMÁRIO

Art. 12 A finalidade do conceito de Resultado Primário é indicar se os níveis de gastos orçamentários, são compatíveis com sua arrecadação, ou seja, se as receitas não-financeiras são capazes de suportar as despesas não-financeiras.

Parágrafo Único. O cálculo da Meta de Resultado Primário deverá obedecer à metodologia estabelecida pelo Governo Federal, através das Portarias expedidas pela STN - Secretaria do Tesouro Nacional, e às normas da contabilidade pública.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO RESULTADO NOMINAL

Art. 13 O cálculo do Resultado Nominal, deverá obedecer a metodologia determinada pelo Governo Federal, com regulamentação pela STN. Parágrafo Único. O cálculo das Metas Anuais do Resultado Nominal, deverá levar em conta a Dívida Consolidada, da qual deverá ser deduzido o Ativo Disponível, mais Haveres Financeiros menos Restos a Pagar Processados, que resultará na Dívida Consolidada Líquida, que somada às Receitas de Privatizações e deduzidos os Passivos Reconhecidos, resultará na Dívida Fiscal Líquida.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS ANUAIS DO MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA

Art. 14 Dívida Pública é o montante das obrigações assumidas pelo ente da Federação. Esta é representada pela emissão de títulos, operações de créditos e precatórios judiciais.

Parágrafo Único. Utiliza a base de dados de Balanços e Balancetes para sua elaboração, constituída dos valores apurados nos exercícios anteriores e da projeção dos valores para 2025, 2026 e 2027.

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

Art. 15 Em cumprimento ao § 30 do Art. 4º da LRF a Lei de Diretrizes Orçamentárias - LDO 2024, deverá conter o Anexo de Riscos Fiscais e Providências.

§ 1º Consideram-se passivos contingentes e outros riscos fiscais possíveis obrigações a ser cumprido em 2024, cuja existência será confirmada somente pela



ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob controle do Município.

§ 2º Também são passivos contingentes, obrigações decorrentes de eventos passados, cuja liquidação em 2024 seja improvável ou cujo valor não possa ser tecnicamente estimado.

§ 3º Caso se concretize, os riscos fiscais serão atendidos com recursos da Reserva de Contingência e, sendo esta insuficiente, serão indicados, também, o excesso de arrecadação e o superávit financeiro do exercício anterior, se houver, obedecida a fonte de recursos correspondente.

§ 4º Sendo esses recursos insuficientes, o Poder Executivo poderá reduzir as dotações destinadas para investimentos, desde que não comprometidas.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 16 As metas e as prioridades para o exercício financeiro de 2024 serão distribuídas nos orçamentos, detalhadas em programas, projetos e atividades, observadas as seguintes destinações:

I - Manutenção: recursos orçamentários destinados ao custeio das atividades em andamento;

II - Expansão da manutenção: recursos orçamentários destinados ao acréscimo das despesas de custeio, decorrentes de aumento natural no atendimento aos programas de duração continuada;

III - Investimentos: recursos orçamentários destinados à realização de novos projetos e investimentos;

IV - Custeio decorrente: recursos orçamentários destinados ao custeio de atividades derivadas de novos investimentos.

§ 1º Nos orçamentos será prioritária e obrigatória à alocação de recursos suficientes para a manutenção das atividades de caráter continuado, em conformidade com a definição dada às prioridades citadas nos incisos I e II do "caput" deste artigo.

§ 2º As metas e prioridades de que trata o caput deste artigo, bem como as respectivas ações planejadas para o seu atingimento, poderão ser alteradas, se durante o período decorrido entre a apresentação desta Lei e a elaboração da proposta orçamentária para 2024 surgirem novas demandas ou situações em que haja necessidade da intervenção do Poder Público, ou em decorrência de créditos adicionais ocorridos.



CAPÍTULO III DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 17 Os orçamentos, fiscal e da seguridade social, compreenderão a programação dos poderes do Município, seus fundos, órgãos, autarquias e fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público.

Parágrafo único. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária por programas, atividades, projetos e operações especiais.

Art. 18 Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - Programa: o instrumento de organização da ação governamental visando à concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores a serem estabelecidos no plano plurianual;

II - Atividade: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;

III - Projeto: um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo.

IV - Operações especiais: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens e serviços.

§ 1º Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando metas, bem como as unidades orçamentárias responsáveis.

§ 2º As atividades, projetos e operações especiais serão desdobrados em categorias econômicas, grupos de natureza da despesa, modalidades de aplicação e elementos econômicos, não podendo haver alteração das respectivas finalidades e da denominação das metas estabelecidas.

Art. 19 A proposta orçamentária do Município para 2024 será encaminhada ao Poder Legislativo, contendo:

I – Mensagem;

II - Projeto de lei orçamentária.

Art. 20 Integrarão o projeto de lei relativo à lei orçamentária anual:



I - Quadros orçamentários consolidados dos orçamentos fiscal e da seguridade social, compreendendo:

a) Receita por fonte, despesa por categoria econômica e grupos, segundo os orçamentos e despesa por programas;

b) Despesa por função, subfunção e programa, conforme os vínculos de recursos;

c) Receitas previstas para autarquia.

II - Anexo da despesa dos orçamentos fiscal e da seguridade social, discriminados por unidade orçamentária, compreendendo autarquia e unidades da administração direta, detalhada até o nível de atividade, projeto e operações especiais, segundo os grupos de despesa, elementos econômicos e as fontes de recursos.

Art. 21 Para efeito do disposto no art. 20 desta Lei, o Poder Legislativo encaminhará ao Poder Executivo, até 31 de agosto de 2023, sua proposta orçamentária, para os fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO IV

DAS DIRETRIZES PARA A ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO

Art. 22 A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da lei orçamentária para 2024 deverão evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações.

Art. 23 Para assegurar a participação popular durante o processo de elaboração da proposta orçamentária, o Poder Executivo promoverá audiência pública, nos termos do art. 48, § 1º, inciso I da Lei Complementar Federal nº 101, de 4 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016 a fim de assegurar aos cidadãos a participação na seleção das ações prioritárias que terão recursos consignados nos orçamentos.

Art. 24 Os estudos para definição dos Orçamentos da Receita para 2024 deverão observar os efeitos da alteração da legislação tributária, incentivos fiscais autorizados, a inflação do período, o crescimento econômico, a ampliação da base de cálculo dos tributos e a sua evolução nos últimos três exercícios e a projeção para os dois seguintes.

Parágrafo único. Para fins do limite das despesas do Poder Legislativo, nos termos do art. 29-A da Constituição Federal e da metodologia de cálculo



estabelecida, considerar-se-á a receita arrecadada até 30 de junho de 2023 acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

Art. 25 Além de observar as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, a alocação dos recursos na lei orçamentária e em seus créditos adicionais será feita de forma a propiciar o controle dos custos das ações e a avaliação dos resultados dos programas de governo.

Art. 26 Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e legalmente instituídas as unidades executoras.

Art. 27 Na execução do orçamento, verificado que o comportamento da receita ordinária poderá afetar o cumprimento das metas de resultado primário e nominal, o Poder Executivo, de forma proporcional as suas dotações, poderá adotar o mecanismo de limitação de empenhos e movimentação financeira nos montantes necessários, observadas as respectivas fontes de recursos, nas despesas tais como:

I - Contrapartida para projetos ou atividades vinculadas a recursos oriundos de fontes extraordinárias, como transferências voluntárias, operações de crédito, alienação de ativos, desde que ainda não comprometidos;

II - Obras em geral, cuja fase ou etapa ainda não esteja iniciada;

III - Aquisição de combustíveis e derivados, destinados à frota de veículos, exceto dos setores de educação e saúde;

IV - Dotação para material de consumo e outros serviços de terceiros das diversas atividades;

V - Diárias de viagem;

VI - Festividades, homenagens, recepções e demais eventos da mesma natureza;

VII - Despesas com publicidade institucional;

VIII - Horas extras.

§ 1º Na avaliação do cumprimento das metas bimestrais de arrecadação para implementação ou não do mecanismo da limitação de empenho e movimentação financeira, será considerado ainda o resultado financeiro apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2023, observada a vinculação de recursos.

§ 2º Não serão objeto de limitação de empenho:

I - Despesas relacionadas com vinculações constitucionais e legais, nos termos do § 2º do art. 9º da LC nº 101/2000 e do art. 28 da Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012;

II - As despesas com o pagamento de precatórios e sentenças judiciais de pequeno valor;



III - As despesas fixas e obrigatórias com pessoal e encargos sociais; e

IV - As despesas financiadas com recursos de Transferências Voluntárias da União e do Estado, Operações de Crédito e Alienação de bens.

§ 3º Ocorrendo o restabelecimento da receita prevista, a recomposição se fará obedecendo ao disposto no art. 9º, § 1º, da LC nº 101/2000.

§ 4º Na ocorrência de calamidade pública, reconhecida na forma da lei, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do art. 65 da LC nº 101/2000.

Art. 28 A compensação de que trata o art. 17, § 2º, da LC nº 101/2000, quando da criação ou aumento de Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado, poderá ser realizada a partir do aproveitamento da margem líquida de expansão prevista no inciso V do § 2º do art. 4º, da referida Lei, desde que observados:

I - O limite das respectivas dotações constantes da Lei Orçamentária de 2024 e de créditos adicionais;

II - Os limites estabelecidos nos artigos 20, inciso III, e 22, parágrafo único, da LC nº 101/2000, no caso da geração de despesas com pessoal e respectivos encargos; e

III - O valor da margem líquida de expansão constante no demonstrativo VIII, de que trata o art. 2º, dessa Lei.

Art. 29 Constarão no projeto de lei orçamentária reservas de contingência, para atender às seguintes finalidades:

I - Atender passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos relacionados no Anexo de que trata o art. 2º desta lei.

II - Cobertura de créditos adicionais;

§ 1º A reserva de contingência, de que trata o caput, será fixada em, no mínimo, 0,2 % (zero virgula dois por cento) da receita corrente líquida, e sua utilização dar-se-á mediante créditos adicionais abertos à sua conta.

§ 2º Na hipótese de ficar demonstrado que as reservas de contingência constituídas na forma do inciso I do caput não seja utilizada para sua finalidade, no todo ou em parte até 01 de dezembro de 2024, o Chefe do Executivo poderá utilizar seu saldo para dar cobertura a outros créditos adicionais, legalmente autorizados na forma dos artigos 41, 42 e 43 da Lei Federal nº 4.320/1964.

Art. 30 As ações prioritárias constantes no anexo de prioridades que não estiverem contempladas no Plano Plurianual – PPA vigente, ficam automaticamente integradas ao mesmo.

Art. 31 Observado o disposto no art. 45 da Lei Complementar nº 101, de 2000, somente serão incluídos novos projetos na Lei Orçamentária de 2024 se:



I - Tiverem sido adequada e suficientemente contempladas as despesas para conservação do patrimônio público e para os projetos em andamento;

II - A ação estiver compatível com o Plano Plurianual.

Parágrafo único. O disposto neste artigo não se aplica às despesas programadas com recursos de transferências voluntárias e operações de crédito, cuja execução fica limitada à respectiva disponibilidade orçamentária e financeira.

Art. 32 É vedada a inclusão, na Lei do Orçamento Anual e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, que desenvolvam e atividades de natureza continuada e preencham uma das seguintes condições:

I. Prestem atendimento direto ao público nas áreas de: assistência social, saúde, educação, esporte, cultura, turismo e lazer.

II. Sejam vinculadas a organismos de natureza filantrópica, institucional ou assistencial;

III. Atendam ao disposto nos artigos 204 e 217 da Constituição Federal, no artigo 61 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias.

§ 1º Fica o município autorizado a celebrar convênios, contratos de gestão e termos de ajuste, com órgãos e outros entes públicos e privados sem fins lucrativos.

§ 2º Para habilitar-se ao recebimento de subvenções sociais, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular e comprovantes de regularidade do mandato de sua diretoria, e regularidade fiscal, nos termos da Constituição Federal e da lei n. 8.666/93, enquanto vigente, e após a revogação da mesma, nos termos da nova lei de licitações e contratos, lei nº 14.133/21.

§ 3º As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos, a qualquer título, submeter-se-ão à fiscalização dos Poderes Executivo e Legislativo Municipal com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberam os recursos, atendendo o exigido no art. 16 e seu parágrafo, da lei 4320/64.

§ 4º É vedada a destinação de recursos públicos para instituições ou entidades privadas que não prestem contas da última subvenção recebida no prazo fixado no convênio.

Art. 33 A abertura de créditos suplementares e especiais dependerá da existência de recursos disponíveis para a despesa, ficando autorizada a abertura de créditos adicionais suplementares às dotações dos orçamentos contidos na Lei Orçamentária de 2024 até o limite de 70% (setenta por cento) do total da despesa fixada na LOA, utilizando como fontes de recursos as prescrições constitucionais e nos termos da Lei nº 4.320/64.



Parágrafo único. Não será contabilizado para efeitos do limite autorizado, quando o crédito se destinar a:

I - Atender à insuficiência de dotações do grupo Pessoal e Encargos Sociais, mediante a utilização de recursos oriundos de anulação de despesa consignada ao mesmo grupo;

II - Atender ao pagamento de despesas decorrentes de sentenças judiciais, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;

III - atender às despesas financiadas com recursos vinculados a operações de crédito e convênios;

IV - Para a incorporação de superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964;

V - Incorporar excesso de arrecadação, nos termos do Art. 43, § 1º, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964.

Art. 34 A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2º, da Constituição Federal, será efetivada, quando necessária, até 30 de abril de 2024.

Art. 35 O Poder Executivo poderá, mediante Decreto, transpor, remanejar, transferir ou utilizar, total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2024 e em créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática.

Parágrafo único. A transposição, transferência ou remanejamento não poderá resultar em alteração dos valores das programações aprovadas na Lei Orçamentária ou em créditos adicionais, podendo haver, excepcionalmente, ajuste na classificação funcional.

Art. 36 As fontes de recursos e as modalidades de aplicação da despesa, aprovadas na lei orçamentária, e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, para atender às necessidades de execução, por meio de decreto/ofício do Poder Executivo, desde que verificada a inviabilidade técnica, operacional ou econômica da execução do crédito, através da fonte de recursos e/ou modalidade prevista na lei orçamentária e em seus créditos adicionais.

Art. 37 A destinação de recursos orçamentários às entidades privadas sem fins lucrativos deverá observar o Art.16 da Lei Federal nº 4.320 de 17 de março de 1964 e a Lei Federal nº 13.019, de 31 de julho de 2014, alterada pela Lei nº 13.204, de 14 de dezembro de 2015, além das exigências instituídas pelo Tribunal de Contas do Estado do Ceará, assim como as determinações contidas na Lei Nº 8.666 de 21 de



junho de 1993 e suas alterações, bem como a Lei N° 14.133 de 01 de abril de 2021 e disposições gerais.

Art. 38 A lei orçamentária anual garantirá recursos para pagamento da dívida pública municipal, nos termos dos compromissos firmados, inclusive com a previdência social.

Art. 39 O projeto de Lei Orçamentária somente poderá incluir, na composição da receita total do Município, recursos provenientes de operações de crédito já contratadas ou autorizadas pelo Ministério da Fazenda, respeitados os limites estabelecidos no artigo 167, inciso III, da Constituição Federal e em Resolução do Senado Federal.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE DESPESAS COM PESSOAL

Art. 40 O Executivo e o Legislativo Municipal, mediante lei autorizativa, poderão em 2024, criar cargos e funções, alterar a estrutura de carreira, corrigir ou aumentar a remuneração de servidores, conceder vantagens, admitir pessoal aprovado em concurso público ou caráter temporário na forma de lei, observados os limites e as regras da LRF.

Parágrafo Único. Os recursos para as despesas decorrentes destes atos deverão estar previstos na lei de orçamento para 2024.

Art. 41 Nos casos de necessidade temporária, de excepcional interesse público, devidamente justificado pela autoridade competente, a Administração Municipal poderá autorizar a realização de horas extras pelos servidores, quando as despesas com pessoal não excederem a 95% do limite estabelecido no art. 20, III da LRF (art. 22, parágrafo único, V da LRF) e a realização de contratações temporárias, precedida de seleção pública.

Art. 42 O Executivo Municipal adotará medidas para reduzir as despesas com pessoal caso elas ultrapassem os limites estabelecidos na LRF, como:

- I - Eliminação de vantagens concedidas a servidores;
- II - Eliminação das despesas com horas-extras;
- III - Exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
- IV - Demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VI

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÃO NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA

Art. 43 O Executivo Municipal, quando autorizado em lei, poderá conceder ou ampliar benefício fiscal de natureza tributária com vistas a estimular o



crescimento econômico, a geração de empregos e renda, ou beneficiar contribuintes integrantes de classes menos favorecidas, devendo esses benefícios ser considerados no cálculo do orçamento da receita e serem objeto de estudos do seu impacto orçamentário e financeiro no exercício em que iniciar sua vigência e nos dois subsequentes.

Art. 44 Os tributos lançados e não arrecadados, inscritos em dívida ativa, cujos custos para cobrança sejam superiores ao crédito tributário, poderão ser cancelados, mediante autorização em lei, não se constituindo como renúncia de receita.

Art. 45 O ato que conceder ou ampliar incentivo, isenção ou benefício de natureza tributária ou financeira constante do Orçamento da Receita, somente entrará em vigor após adoção de medidas de compensação.

CAPÍTULO VII DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 46 O Executivo Municipal enviará a proposta orçamentária à Câmara Municipal para apreciação e votação até do dia 1º de outubro de 2023 em atendimento ao art. 42, § 5º da Constituição Estadual, devendo o Legislativo discuti-lo, votá-lo e devolvê-lo para sanção até 30 dias após o recebimento deste.

§ 1º Se o Projeto de Lei Orçamentária Anual não for votado no prazo especificado no caput do artigo, a Câmara Municipal será de imediato convocada, extraordinariamente, e permanecerá em sessão até que seja votado.

§ 2º Caso o projeto a que se refere o caput do artigo não seja votado até 31 de dezembro de 2023, a programação da Lei orçamentária anual proposta poderá ser executada a partir de 01 de janeiro de 2024, até o limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação em cada mês, até que o projeto seja votado pela Câmara.

§ 3º Enquanto não aprovada a Lei Orçamentária de 2024, os valores consignados no respectivo Projeto de Lei poderão ser utilizados para demonstrar, quando exigível, a previsão orçamentária nos procedimentos referentes à fase interna da licitação.

§ 4º Os procedimentos administrativos de estimativa do impacto orçamentário-financeiro e declaração do ordenador da despesa de que trata o art. 16, itens I e II da LRF deverão ser inseridos no processo que abriga os autos da licitação ou sua dispensa/inexigibilidade.

Art. 47 Em consonância com o que dispõe o § 5º do art. 166 da Constituição Federal e na Lei Orgânica Municipal, poderá o Prefeito enviar Mensagem à Câmara



Municipal para propor modificações ao projeto de lei orçamentária enquanto não estiver concluída a votação pelas comissões do legislativo.

Art. 48 As emendas ao projeto de lei orçamentária ou aos projetos de lei que a modifiquem deverão ser compatíveis com os programas e objetivos do Plano Plurianual 2022 - 2025 e com as diretrizes, disposições, prioridades e metas desta Lei.

Art. 49 Na realização das ações de sua competência, o Município poderá transferir recursos a instituições privadas sem fins lucrativos, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, parcerias, ajuste ou congênere, pelo qual fiquem claramente definidos os deveres e obrigações de cada parte, a forma e os prazos para prestação de contas, observado o que prescreve o art. 38 da presente Lei.

Art. 50 Fica o Poder Executivo autorizado a contribuir para o custeio de despesas de competência de outros entes da Federação, inclusive instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou a outro Município, desde que compatíveis com os programas constantes da lei orçamentária anual, mediante convênio, ajuste ou congênere.

Art. 51 É de responsabilidade do Ordenador da Despesa o cumprimento das disposições contidas nos artigos 16 e 17 da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000, alterada pela Lei Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e pela Lei Complementar nº 156, de 28 de dezembro de 2016.

Art. 52 São vedados quaisquer procedimentos pelos ordenadores de despesa que viabilizem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária.

Parágrafo Único. A contabilidade registrará os atos e fatos relativos à gestão orçamentária-financeira efetivamente ocorridos, sem prejuízo das responsabilidades e providências derivadas da inobservância do "caput" deste artigo.

Art. 53 Serão consideradas legais as despesas com multas e juros pelo eventual atraso no pagamento de compromissos assumidos, motivados por insuficiência de tesouraria.

Art. 54 Poderá ser incluído no orçamento anual para o exercício financeiro de 2024, fixação para o custeio de despesas com cartório, concessão de refeições e doações.

§ 1º As refeições e lanches, quando necessários-inclusive em datas comemorativas, serão concedidas em reuniões com autoridades de outras esferas administrativas, com membros da edilidade municipal, secretários e servidores públicos municipais.



§ 2º As doações serão concedidas em caso de extrema necessidade, com controle e acompanhamento da Assistência Social, através de processo devidamente formalizado.

Art. 55 Até trinta dias após a publicação do orçamento, o Poder Executivo por ato próprio deverá estabelecer a programação financeira e o cronograma de execução mensal de desembolso.

§ 1º As receitas, conforme as previsões respectivas serão programadas em metas de arrecadações bimestrais, enquanto os desembolsos financeiros deverão ser fixados em metas mensais.

§ 2º A programação financeira e o cronograma de desembolso de que tratam este artigo poderão ser revistos no decorrer do exercício financeiro a que se referirem, conforme os resultados apurados em função de sua execução.

Art. 56 Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Paço da Prefeitura Municipal de Ipueiras/CE, 12 de junho de 2023.

Francisco Souto de Vasconcelos Júnior

PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE RISCOS FISCAIS
DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

ARF (LRF, art 4º, § 3º) R\$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais Trabalhistas	250.000,00	Reserva de Contingência	330.000,00
Dívidas em Processo de Reconhecimento	0,00	Anulação de Reserva de Contigência	0,00
Avais e Garantias Concedidas	0,00	Anulação de Dotações Orçamentárias	0,00
Assistências a Calamidades	50.000,00	Redução de Despesas de natureza discricionária	0,00
Outros Passivos Contingentes	30.000,00		0,00
SUBTOTAL	330.000,00	SUBTOTAL	330.000,00

DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustração de Arrecadação	400.000,00	Limitação de Dotação Orçamentária	500.000,00
Outros Riscos Fiscais	100.000,00	Reserva de Contingência	0,00
SUBTOTAL	500.000,00	SUBTOTAL	500.000,00
TOTAL	830.000,00	TOTAL	830.000,00

RC = reserva de contingencia

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
 Prefeito Municipal

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTARIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS ANUAIS - EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024**

AMF - Demonstrativo 1 (LRF, art. 4º, § 1º)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	2024				2025				2026			
	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	% RCL	Valor	Valor	% PIB	%
	Corrente (a)	Constante	(a / PIB) x 100	(a / RCL) x 100	Corrente (b)	Constante	(b / PIB) x 100	(b / RCL) x 100	Corrente (c)	Constante	(c / x 100	(c / x 100
Receita Total	179.545.260,14	172.457.266,49	0,08%	446,63	194.806.607,25	180.093.008,46	0,08%	453,04	204.546.937,61	173.161.428,67	0,08%	446,64
Receitas Primárias (I)	144.255.300,85	138.560.465,71	0,06%	358,84	156.517.001,42	144.695.388,21	0,06%	363,99	164.342.851,49	139.126.223,49	0,06%	358,85
Receitas Primárias Correntes	142.946.937,85	137.303.753,58	0,06%	355,59	155.097.427,57	143.383.033,71	0,06%	360,69	162.852.298,95	137.864.380,06	0,06%	355,60
Impostos, Taxas e Contrib de Melhoria	5.131.312,19	4.928.740,94	0,00%	12,76	5.567.473,73	5.146.966,56	0,00%	12,95	5.845.847,41	4.948.865,53	0,00%	12,76
Contribuições	6.975.234,79	6.699.870,13	0,00%	17,35	7.568.129,75	6.996.514,51	0,00%	17,60	7.946.536,23	6.727.226,44	0,00%	17,35
Transferências Correntes	124.404.476,71	119.493.302,00	0,05%	309,46	134.978.857,23	124.784.004,10	0,05%	313,90	141.727.800,09	119.981.206,43	0,05%	309,47
Demais Receitas Primárias Correntes	6.435.914,16	6.181.840,51	0,00%	16,01	6.982.966,86	6.455.548,55	0,00%	16,24	7.332.115,21	6.207.081,66	0,00%	16,01
Receitas Primárias de Capital	1.308.363,00	1.256.712,13	0,00%	3,25	1.419.573,86	1.312.354,49	0,00%	3,30	1.490.552,55	1.261.843,43	0,00%	3,25
Despesa Total	179.545.260,14	172.457.266,49	0,08%	446,63	194.806.607,25	180.093.008,46	0,08%	453,04	204.546.937,61	173.161.428,67	0,08%	446,64
Despesas Primárias (II)	137.988.204,62	132.540.778,62	0,06%	343,25	149.717.202,01	138.409.172,61	0,06%	348,18	157.203.062,11	133.081.957,34	0,06%	343,26
Despesas Primárias Correntes	119.617.573,48	114.895.373,62	0,05%	297,56	129.785.067,23	119.982.497,20	0,05%	301,83	136.274.320,59	115.364.504,20	0,05%	297,56
Pessoal e Encargos Sociais	65.528.175,23	62.941.288,28	0,03%	163,01	71.098.070,12	65.728.085,54	0,03%	165,34	74.652.973,63	63.198.284,56	0,03%	163,01
Outras Despesas Correntes	54.089.398,25	51.954.085,34	0,02%	134,55	58.686.997,10	54.254.411,67	0,02%	136,48	61.621.346,96	52.166.219,65	0,02%	134,55
Despesas Primárias de Capital	17.260.807,51	16.579.394,40	0,01%	42,94	18.727.976,15	17.313.465,98	0,01%	43,55	19.664.374,96	16.647.089,91	0,01%	42,94
Pagamento de R.P. de Despesas Primárias	1.109.823,63	1.066.010,59	0,00%	2,76	1.204.158,64	1.113.209,43	0,00%	2,80	1.264.366,57	1.070.363,23	0,00%	2,76
Resultado Primário (III) = (I - II)	6.267.096,23	6.019.687,09	0,00%	15,59	6.799.799,41	6.286.215,60	0,00%	15,81	7.139.789,38	6.044.266,14	0,00%	15,59
Juros, Enc e Varia. Monet Ativos (IV)	2.067.319,56	1.985.707,00	0,00%	5,14	2.243.041,72	2.073.626,44	0,00%	5,22	2.355.193,81	1.993.814,86	0,00%	5,14
Juros, Enc e Varia. Monet. Passivos (V)	51.167,43	49.147,47	0,00%	0,13	12.000,00	11.093,65	0,00%	0,03	12.600,00	10.666,67	0,00%	0,03
Resultado Nominal - (VI) = (III + (IV - V))	8.283.248,36	7.956.246,62	0,00%	20,61	9.030.841,13	8.348.748,39	0,00%	21,00	9.482.383,19	8.027.414,34	0,00%	20,71
Dívida Pública Consolidada	19.773.808,09	18.993.188,06	0,01%	49,19	2.250.000,00	2.080.059,17	0,00%	5,23	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00%	4,37
Dívida Consolidada Líquida	6.795.344,05	6.527.081,02	0,00%	16,90	-3.700.000,00	-3.420.541,74	0,00%	-8,60	-3.900.000,00	-3.288.888,89	0,00%	-8,52
Receitas Primárias advindas de PPP (VII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Despesas Primárias geradas por PPP (VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00
Impacto do saldo das PPPs (IX) = (VII - VIII)	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00	0,00	0,00	0,00%	0,00

VARIÁVEIS - expectativas	2024	2025	2026
TAXA DE INFLAÇÃO - (IPCA AMPLO)	4,11%	3,90%	4,00%
Estimativa do PIB NACIONAL	1,47%	1,70%	1,80%
TAXA SELIC	10,00%	9,00%	9,00%
CÂMBIO (R\$ / US\$ - média)	R\$5,30	R\$5,30	R\$5,30
P I B ESTADO DO CEARÁ (R\$ MILHÕES)	235.540,00	247.763,00	263.720,00
PROJEÇÃO DA RCL (R\$ MILHARES)	40.200,00	43.000,00	45.797,00
INCREMENTO DA ARRECAÇÃO TOTAL	10,84%	8,50%	5,00%

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

Valor Constante 2024: Valor Corrente/1,0411
Valor Constante 2025: Valor Corrente/1,0817
Valor Constante 2026: Valor Corrente/1,1250

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICIPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

AMF - Demonstrativo 2 (LRF, art. 4º, §2º, inciso I)

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2022 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2022 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total	111.865.087,36	0,058%	295,24%	137.993.047,88	0,072%	364,20%	26.127.960,52	23,36%
Receitas Primárias (I)	101.336.063,36	0,053%	267,45%	135.925.728,32	0,071%	358,74%	34.589.664,96	34,13%
Despesa Total	111.865.087,36	0,058%	295,24%	137.993.047,88	0,072%	364,20%	26.127.960,52	23,36%
Despesas Primárias (II)	137.241.622,52	0,071%	362,21%	136.878.380,99	0,071%	361,25%	-363.241,53	-0,26%
Resultado Primário (III)	-35.905.559,16	-0,019%	-94,76%	-952.652,67	0,000%	-2,51%	34.952.906,49	-97,35%
Dívida Pública Consolidada	8.327.565,14	0,004%	21,98%	19.773.808,09	0,010%	52,19%	11.446.242,95	137,45%
Dívida Condolidada Líquida	-3.477.250,63	-0,002%	-9,18%	6.795.344,05	0,004%	17,93%	10.272.594,68	-295,42%
Resultado Nominal	-9.869.358,47	-0,005%	-26,05%	-10.272.594,68	-0,005%	-27,11%	-403.236,21	4,09%

(*) dados extraídos Da ldo/2023, bem como do RREO - 6º bimestre de 2022
IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA 2022: R\$ 138.030.424,28

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS - ANEXO DE METAS FISCAIS
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES - EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 3 (LRF, art.4º, §2º, inciso II) R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	118.347.260,55	113.176.791,36	0,007	127.618.149,94	10,13%	179.545.260,14	0,10%	194.806.607,25	0,11%	204.546.937,61	0,11%	
Receitas Primárias (I)	117.795.131,54	102.647.767,36	0,007	115.745.622,48	9,19%	144.255.300,85	0,08%	156.517.001,42	0,09%	164.342.851,49	0,09%	
Despesa Total	102.617.241,39	113.176.791,36	0,006	127.618.149,94	10,13%	179.545.260,14	0,10%	194.806.607,25	0,11%	204.546.937,61	0,11%	
Despesas Primárias (II)	102.169.636,41	111.470.914,36	0,006	125.694.603,03	9,98%	137.988.204,62	0,08%	149.717.202,01	0,08%	157.203.062,11	0,08%	
Resultado Primário (III) = (I - II)	15.625.495,13	-8.823.147,00	0,001	-9.948.980,55	-0,79%	6.267.096,23	0,00%	6.799.799,41	0,00%	7.139.789,38	0,00%	
Resultado Nominal	5.458.194,95	853.447,51	0,000	1.094.625,07	0,09%	8.283.248,36	0,00%	9.030.841,13	0,00%	9.482.383,19	0,01%	
Dívida Pública Consolidada	8.327.565,14	6.751.647,14	0,000	4.974.642,00	0,39%	3.750.000,00	0,00%	3.125.000,00	0,00%	2.500.000,00	0,00%	
Dívida Consolidada Líquida	-3.477.250,63	-4.330.698,14	(0,000)	-5.425.323,21	-0,43%	-2.850.000,00	0,00%	-3.000.000,00	0,00%	-3.288.888,89	0,00%	

ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES											
	2021	2022	%	2023	%	2024	%	2025	%	2026	%	
Receita Total	113.457.252,95	108.282.425,72	0,007	122.568.334,56	0,097	172.457.266,49	0,004	180.093.008,46	0,004	173.161.428,67	0,004	
Receitas Primárias (I)	112.927.937,44	98.208.732,64	0,007	111.165.599,77	0,088	138.560.465,71	0,003	144.695.388,21	0,003	139.126.223,49	0,003	
Despesa Total	98.377.184,73	108.282.425,72	0,006	122.568.334,56	0,097	172.457.266,49	0,003	180.093.008,46	0,004	204.546.937,61	0,004	
Despesas Primárias (II)	97.948.074,40	106.650.319,90	0,006	120.720.901,87	0,096	132.540.778,62	0,003	138.409.172,61	0,003	133.081.957,34	0,003	
Resultado Primário (III) = (I - II)	14.979.863,03	-8.441.587,26	0,001	-9.555.302,10	(0,008)	6.019.687,09	0,005	6.343.451,51	0,005	6.044.266,14	0,004	
Resultado Nominal	5.232.667,00	816.539,91	0,000	1.051.311,05	0,001	7.956.246,62	0,006	8.348.748,39	0,006	8.027.414,34	0,004	
Dívida Pública Consolidada	7.983.477,27	6.459.670,05	0,000	4.777.796,77	0,004	18.993.188,06	0,014	2.080.059,17	0,002	2.000.000,00	0,001	
Dívida Consolidada Líquida	-3.333.573,61	-4.143.415,75	(0,000)	-5.210.644,65	(0,004)	6.527.081,02	0,004	-3.420.541,74	(0,002)	-3.288.888,89	(0,002)	

METODOLOGIA DE CALCULO VALOR CONSTANTE: 2024: Valor Corrente / 1,0411 - 2025 - Valor Corrente / 1,0817 - 2025 Valor corrente / 1,1250

FONTE: LDO 2021/2022 -- RREO 6º BIMESTRE DE 2021/2022

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

AMF - Demonstrativo 4 (LRF, art.4º, §2º,

R\$ 1,00

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio/Capital	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Resultado Acumulado	45.365.108,33	100,00%	62.291.523,80	100,00%	55.306.836,31	100,00%
TOTAL	45.365.108,33	100,00%	62.291.523,80	100,00%	55.306.836,31	100,00%

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2022	%	2021	%	2020	%
Patrimônio	0,00	0,00%	0,00	0,00%		0,00%
Reservas	0,00	0,00%	0,00	0,00%	0,00	0,00%
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00%	-891.825,74	100,00%	-3.421.481,48	100,00%
TOTAL	0,00	0,00%	-891.825,74	100,00%	-3.421.481,48	100,00%

FONTE: BALANÇOS GERAIS (2020 A 2022)

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS
EXERCÍCIO DE 2024

AMF - Demonstrativo 5 (LRF, art.4º, §2º, inciso III) R\$ 1,00

<u>RECEITAS REALIZADAS</u>	2022	2021	2020
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis			
Alienação de Bens Intangíveis			
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00

<u>DESPESAS EXECUTADAS</u>	2022	2021	2020
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2022	2021	2020
VALOR (III)	0,00	0,00	0,00

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
AVALIAÇÃO DA SITUAÇÃO FINANCEIRA E AUTUARIAL DO RPPS - PLANO FINANCEIRO - 2024
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

AMF - Demonstrativo 6 (LRF, art.4º, §2º, inciso IV, alínea "a")

R\$ 1,00

<u>RECEITAS</u>	2020	2021	2022
RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (I)			
RECEITAS CORRENTES	9.753.076,71	11.402.657,90	13.051.482,23
Receita de Contribuições dos Segurados	4.028.862,69	4.637.489,92	5.308.070,96
Ativo	4.028.862,69	4.637.489,92	5.308.070,96
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições Patronais	5.724.214,02	6.668.671,78	7.632.961,72
Ativo	5.724.214,02	6.668.671,78	7.632.961,72
Inativo	0,00	0,00	0,00
Pensionistas	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	89.324,87	102.241,25
Receitas Imobiliárias	0,00		0,00
Receitas de Valores	0,00	89.324,87	102.241,25
Outras Receitas	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	7.171,33	8.208,30
Compensação Previdenciária do RGPS para o RPPS	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	7.171,33	8.208,30
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens, Direitos e Ativos	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (IX) = (VII + VIII)	9.753.076,71	11.402.657,90	13.051.482,23

<u>DESPESAS</u>	2020	2021	2022
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS - RPPS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IV)			
Benefício - Civil	7.953.205,76	8.577.368,13	9.200.942,79
Aposentadorias	6.861.993,50	7.726.521,59	8.288.239,71
Pensões	1.091.212,26	850.846,54	912.703,08
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	162.746,27	174.577,92
Compensação Previdenciária do RPPS para o RGPS	0,00	0,00	0,00
Demais Despesas Previdenciárias	0,00	162.746,27	174.577,92
TOTAL DAS DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (X)	7.953.205,76	8.740.114,40	9.375.520,72

RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (XI) = (IX - X)	1.799.870,95	2.662.543,50	3.675.961,52
---	---------------------	---------------------	---------------------

<u>APORTES DE RECURSOS PARA O PLANO FINANCEIRO DO RPPS</u>	2022	2021	2022
TOTAL DOS APORTES PARA O RPPS	0,00	0,00	0,00
Recursos para Cobertura de Insuficiências Financeiras	0,00	0,00	0,00
Recursos para Formação de Reserva			

<u>RECEITAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</u>	2022	2021	2022
Receitas Correntes	0,00	0,00	

<u>DESPESAS DA ADMINISTRAÇÃO - RPPS</u>	2022	2021	2022
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00
	0,00	0,00	0,00

BENS E DIREITOS DO RPPS

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a-b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício anterior) + (c)

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
 LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 ANEXO DE METAS FISCAIS
ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA
 EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

AMF - Demonstrativo 7 (LRF, art. 4º, § 2º, inciso V)

R\$ 1,00

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES/ PROGRAMAS/ BENEFICIÁRIO	RENÚNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2024	2025	2026	
ISS	Incentivo Fiscal e Tributário	Atrair Empresas de Prestação de Serviços	25300	25800		Aumento da arrecadação e crescimento das fontes de receita, cota parte do ICMS e recursos provenientes da Dívida Ativa.
IPTU	Incentivo Fiscal e Tributário	Instalação de Industrias	18800	19300		
TAXAS	Incentivo Fiscal e Tributário	Instalação de Industrias	16200	16500		
TOTAL			60.300,00	61.600,00		

SEM REGISTROS

DURANTE O PERÍODO EM EVIDÊNCIA NÃO HÁ PREVISIBILIDADE DE ALTERAÇÃO DA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA QUE DENOTE RENÚNCIA DE RECEITA.

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
 Prefeito Municipal

MUNICÍPIO: IPUEIRAS
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
EXERCÍCIO FINANCEIRO DE 2024

EVENTOS	Valor Previsto para 2024
Aumento Permanente da Receita	15.376.445,11
(-) Transferências Constitucionais	12.631.472,15
(-) Transferências ao NOVO FUNDEB	0,00
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	2.744.972,96
Redução Permanente de Despesa (II)	0,00
Margem Bruta (III) = (I+II)	2.744.972,96
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	0,00
Novas DOCC	0,00
Novas DOCC geradas por PPP	0,00
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	2.744.972,96

IPUEIRAS - Ce, em 10/04/2023.

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR
Prefeito Municipal



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2023

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

PLANO PREVIDENCIÁRIO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2023	1.019.503,51	648.441,29	371.062,22	2.531.271,10
2024	1.038.430,96	666.471,61	371.959,34	2.903.230,44
2025	1.040.669,12	761.124,74	279.544,38	3.182.774,82
2026	1.043.354,66	830.320,17	213.034,49	3.395.809,31
2027	1.217.438,26	1.018.542,45	198.895,81	3.594.705,12
2028	1.235.141,68	1.006.769,05	228.372,63	3.823.077,75
2029	1.232.666,31	1.095.098,53	137.567,78	3.960.645,53
2030	1.246.942,86	1.082.926,65	164.016,21	4.124.661,74
2031	1.252.644,25	1.116.691,81	135.952,43	4.260.614,17
2032	1.266.389,96	1.104.848,52	161.541,43	4.422.155,61
2033	1.262.728,18	1.179.294,50	83.433,68	4.505.589,29
2034	1.245.104,49	1.298.103,76	-52.999,27	4.452.590,02
2035	1.439.785,58	1.406.896,66	32.888,92	4.485.478,93
2036	1.442.525,60	1.424.753,42	17.772,18	4.503.251,12
2037	1.435.634,69	1.481.683,83	-46.049,14	4.457.201,98
2038	1.411.146,80	1.605.562,69	-194.415,88	4.262.786,10
2039	1.408.772,15	1.590.325,80	-181.553,65	4.081.232,45
2040	1.393.339,98	1.635.110,91	-241.770,92	3.839.461,52
2041	1.361.606,94	1.741.244,98	-379.638,04	3.459.823,48
2042	1.345.303,48	1.741.098,61	-395.795,12	3.064.028,36
2043	1.545.763,63	1.821.948,82	-276.185,19	2.787.843,16
2044	1.536.202,54	1.820.924,88	-284.722,33	2.503.120,83
2045	552.438,16	1.877.405,83	-1.324.967,67	1.178.153,16
2046	459.123,40	2.066.204,16	-1.607.080,76	-428.927,61
2047	432.374,46	2.181.565,69	-1.749.191,23	-2.178.118,83
2048	407.926,33	2.279.719,84	-1.871.793,51	-4.049.912,34
2049	386.081,99	2.354.424,88	-1.968.342,89	-6.018.255,23
2050	357.085,47	2.470.476,70	-2.113.391,23	-8.131.646,46
2051	345.432,04	2.474.321,54	-2.128.889,51	-10.260.535,97
2052	324.034,69	2.604.409,77	-2.280.375,08	-12.540.911,05
2053	311.908,97	2.597.407,05	-2.285.498,07	-14.826.409,13
2054	296.684,19	2.603.237,50	-2.306.553,31	-17.132.962,43
2055	284.251,16	2.590.800,09	-2.306.548,93	-19.439.511,36
2056	265.312,92	2.607.470,01	-2.342.157,10	-21.781.668,46
2057	259.294,34	2.542.678,91	-2.283.384,57	-24.065.053,03
2058	252.906,92	2.474.992,93	-2.222.086,02	-26.287.139,04



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2023

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2059	238.836,80	2.445.609,77	-2.206.772,97	-28.493.912,01
2060	226.558,89	2.400.359,46	-2.173.800,57	-30.667.712,59
2061	216.024,23	2.339.966,63	-2.123.942,40	-32.791.654,98
2062	208.432,07	2.257.804,63	-2.049.372,56	-34.841.027,54
2063	200.523,34	2.172.605,92	-1.972.082,58	-36.813.110,12
2064	192.314,00	2.084.659,88	-1.892.345,88	-38.705.456,00
2065	183.822,21	1.994.036,86	-1.810.214,65	-40.515.670,65
2066	175.076,47	1.901.105,23	-1.726.028,77	-42.241.699,42
2067	166.109,65	1.806.055,12	-1.639.945,47	-43.881.644,88
2068	156.962,64	1.709.467,59	-1.552.504,95	-45.434.149,83
2069	147.680,12	1.611.578,76	-1.463.898,64	-46.898.048,47
2070	138.305,34	1.512.944,70	-1.374.639,36	-48.272.687,82
2071	128.886,75	1.413.960,85	-1.285.074,10	-49.557.761,92
2072	119.469,85	1.315.024,22	-1.195.554,37	-50.753.316,30
2073	110.108,68	1.216.876,76	-1.106.768,09	-51.860.084,39
2074	100.856,17	1.119.865,83	-1.019.009,66	-52.879.094,05
2075	91.770,43	1.024.666,57	-932.896,15	-53.811.990,20
2076	82.896,63	931.537,37	-848.640,74	-54.660.630,94
2077	74.296,51	841.351,22	-767.054,71	-55.427.685,65
2078	66.026,66	754.608,55	-688.581,89	-56.116.267,54
2079	58.140,02	671.765,27	-613.625,24	-56.729.892,79
2080	50.681,26	593.158,08	-542.476,82	-57.272.369,61
2081	43.691,17	519.217,24	-475.526,06	-57.747.895,67
2082	37.209,20	450.459,26	-413.250,06	-58.161.145,73
2083	31.266,37	387.346,39	-356.080,03	-58.517.225,76
2084	25.890,24	329.963,10	-304.072,86	-58.821.298,62
2085	21.089,62	278.338,77	-257.249,15	-59.078.547,77
2086	16.873,15	232.914,34	-216.041,19	-59.294.588,96
2087	13.186,99	192.975,54	-179.788,55	-59.474.377,51
2088	10.136,24	159.293,90	-149.157,66	-59.623.535,18
2089	7.619,86	131.144,07	-123.524,20	-59.747.059,38
2090	5.599,91	107.992,49	-102.392,58	-59.849.451,96
2091	4.021,22	89.065,39	-85.044,17	-59.934.496,13
2092	2.819,93	74.273,57	-71.453,64	-60.005.949,77
2093	1.936,13	62.486,60	-60.550,46	-60.066.500,24
2094	1.299,29	52.946,75	-51.647,46	-60.118.147,70
2095	846,93	45.315,20	-44.468,27	-60.162.615,97
2096	536,24	39.256,00	-38.719,76	-60.201.335,72
2097	517,47	37.882,04	-37.364,57	-60.238.700,29



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2023

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

PLANO FINANCEIRO				
EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS (a)	DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS (b)	RESULTADO PREVIDENCIÁRIO (c) = (a - b)	SALDO FINANCEIRO DO EXERCÍCIO (d) = (d Exercício Anterior) + (c)
2023	71.625.368,32	23.488.456,83	48.136.911,49	102.361.324,26
2024	68.716.531,75	25.042.118,02	43.674.413,74	146.035.737,99
2025	65.616.252,37	26.700.363,76	38.915.888,62	184.951.626,61
2026	63.076.066,03	28.137.109,49	34.938.956,54	219.890.583,15
2027	61.251.718,24	29.240.843,78	32.010.874,45	251.901.457,60
2028	58.275.503,18	30.896.088,75	27.379.414,43	279.280.872,04
2029	55.830.666,02	32.299.531,64	23.531.134,38	302.812.006,41
2030	53.324.005,00	33.723.036,95	19.600.968,05	322.412.974,46
2031	51.487.396,43	34.643.204,45	16.844.191,97	339.257.166,44
2032	48.189.585,49	35.405.867,42	12.783.718,07	352.040.884,51
2033	46.936.211,56	35.971.521,46	10.964.690,10	363.005.574,62
2034	42.082.834,18	36.494.934,01	5.587.900,17	368.593.474,78
2035	35.934.528,52	36.967.198,51	-1.032.669,99	367.560.804,80
2036	34.302.170,90	37.377.129,75	-3.074.958,84	364.485.845,96
2037	33.045.995,74	37.443.648,22	-4.397.652,48	360.088.193,47
2038	31.994.626,72	37.222.655,64	-5.228.028,92	354.860.164,55
2039	30.691.679,66	37.176.115,44	-6.484.435,78	348.375.728,77
2040	29.572.817,88	36.887.393,60	-7.314.575,73	341.061.153,05
2041	28.405.707,68	36.589.041,69	-8.183.334,01	332.877.819,04
2042	27.214.332,83	36.257.795,69	-9.043.462,86	323.834.356,18
2043	26.022.381,12	35.859.571,57	-9.837.190,46	313.997.165,72
2044	24.960.977,74	35.267.908,77	-10.306.931,03	303.690.234,69
2045	23.760.370,74	34.774.314,50	-11.013.943,77	292.676.290,92
2046	22.531.389,26	34.249.785,05	-11.718.395,79	280.957.895,14
2047	21.252.837,36	33.721.477,13	-12.468.639,76	268.489.255,37
2048	20.025.186,85	33.075.044,14	-13.049.857,30	255.439.398,08
2049	18.980.629,89	32.162.812,15	-13.182.182,26	242.257.215,82
2050	17.864.299,86	31.294.437,07	-13.430.137,21	228.827.078,60
2051	16.816.801,71	30.312.057,65	-13.495.255,94	215.331.822,67
2052	15.839.769,06	29.209.056,75	-13.369.287,69	201.962.534,97
2053	14.813.646,59	28.158.196,06	-13.344.549,47	188.617.985,50
2054	13.790.339,43	27.081.758,27	-13.291.418,84	175.326.566,67
2055	12.894.368,95	25.835.934,27	-12.941.565,32	162.385.001,35
2056	12.015.228,31	24.572.951,72	-12.557.723,41	149.827.277,94
2057	11.158.948,02	23.296.017,87	-12.137.069,85	137.690.208,08
2058	10.324.021,10	22.009.227,92	-11.685.206,83	126.005.001,26



LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS

Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores Públicos - 2023

AMF - Demonstrativo VI (LRF, Art. 4º, §2º, inciso IV, Alínea "a")

(R\$)

2059	9.516.203,54	20.717.028,27	-11.200.824,73	114.804.176,53
2060	8.734.326,32	19.424.870,75	-10.690.544,44	104.113.632,09
2061	7.983.580,13	18.138.038,12	-10.154.457,99	93.959.174,10
2062	7.265.651,13	16.862.232,52	-9.596.581,39	84.362.592,71
2063	6.577.031,83	15.603.386,52	-9.026.354,70	75.336.238,02
2064	5.926.850,14	14.367.304,11	-8.440.453,97	66.895.784,05
2065	5.309.404,55	13.160.878,52	-7.851.473,97	59.044.310,08
2066	4.730.203,69	11.989.539,38	-7.259.335,69	51.784.974,39
2067	4.189.744,61	10.859.622,38	-6.669.877,77	45.115.096,62
2068	3.686.695,52	9.775.673,90	-6.088.978,38	39.026.118,24
2069	3.221.410,90	8.742.590,21	-5.521.179,31	33.504.938,93
2070	2.793.930,38	7.765.943,35	-4.972.012,97	28.532.925,97
2071	2.404.966,35	6.848.602,47	-4.443.636,12	24.089.289,85
2072	2.052.479,33	5.993.162,14	-3.940.682,81	20.148.607,03
2073	1.736.405,45	5.203.040,54	-3.466.635,09	16.681.971,95
2074	1.453.585,98	4.478.902,31	-3.025.316,33	13.656.655,62
2075	1.203.900,17	3.819.517,62	-2.615.617,45	11.041.038,17
2076	984.880,13	3.226.151,46	-2.241.271,32	8.799.766,84
2077	794.588,25	2.697.191,75	-1.902.603,50	6.897.163,35
2078	630.964,41	2.231.012,56	-1.600.048,14	5.297.115,20
2079	492.095,93	1.826.166,88	-1.334.070,95	3.963.044,26
2080	375.096,50	1.479.349,35	-1.104.252,85	2.858.791,41
2081	277.931,40	1.186.278,19	-908.346,79	1.950.444,62
2082	197.989,97	943.473,62	-745.483,64	1.204.960,98
2083	132.979,79	745.686,10	-612.706,32	592.254,66
2084	80.464,94	587.955,00	-507.490,06	84.764,60
2085	54.556,14	463.855,31	-409.299,17	-324.534,57
2086	38.145,86	368.666,41	-330.520,56	-655.055,13
2087	26.115,25	296.712,26	-270.597,02	-925.652,14
2088	17.413,00	242.073,19	-224.660,19	-1.150.312,33
2089	11.210,48	200.742,50	-189.532,02	-1.339.844,35
2090	6.852,52	169.771,54	-162.919,02	-1.502.763,37
2091	3.909,90	146.184,42	-142.274,52	-1.645.037,90
2092	2.030,71	128.089,06	-126.058,36	-1.771.096,25
2093	926,15	114.027,04	-113.100,89	-1.884.197,15
2094	355,78	102.790,79	-102.435,01	-1.986.632,15
2095	107,70	93.323,41	-93.215,71	-2.079.847,86
2096	18,78	84.819,52	-84.800,75	-2.164.648,61
2097	18,12	81.850,84	-81.832,72	-2.246.481,33

Fonte: Dados Contábeis Consolidados e Projeções Conforme Manual de Demonstrativos Fiscais

Ipueiras - CE, 09 de junho de 2022.

FRANCISCO SOUTO
DE VASCONCELOS
JUNIOR:04950924362

Assinado de forma digital por FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR:04950924362
DN: c=BR, o=ICP-Brasil, ou=Secretaria da Receita Federal do Brasil - RFB, ou=RFB e-CPF A1, ou=EMBRANCO, ou=14367856000104, ou=presencial, cn=FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JUNIOR:04950924362
Dados: 2022.06.09 15:36:02 -03'00'

FRANCISCO SOUTO DE VASCONCELOS JÚNIOR

Prefeito Municipal

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DAS METAS ANUAIS
I RECEITAS
EXERCÍCIO DE 2024

MMF - Demonstrativo

R\$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS CORRENTES	120.186.016,96	120.505.055,76	135.881.500,87	153.899.387,89	174.306.446,73
RECEITA TRIBUTÁRIA	2.855.004,85	1.852.126,30	2.088.457,62	2.365.387,10	2.679.037,42
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES	6.616.795,57	7.943.070,00	8.956.605,73	10.144.251,65	11.489.379,42
RECEITA PATRIMONIAL	552.129,01	10.537.549,00	11.882.140,25	13.457.712,05	15.242.204,67
Aplicações Financeiras	552.129,01	10.529.024,00	11.872.527,46	13.446.824,60	15.229.873,55
Outras Receitas Patrimoniais	0	8.525,00	9.612,79	10.887,45	12.331,12
RECEITA AGROPECUÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITA INDUSTRIAL	0	0	0	0	0
RECEITA DE SERVIÇOS	4.308.648,37	981.000,00	1.106.175,60	1.252.854,48	1.418.982,99
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	105.418.098,07	98.992.728,46	111.624.200,61	126.425.569,61	143.189.600,14
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	435.341,09	198.582,00	223.921,06	253.613,00	287.242,08
RECEITAS DE CAPITAL	0	1.311.704,00	1.479.077,43	1.675.203,10	1.897.335,03
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS	0	0	0	0	0
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0	0	0	0	0
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	0	1.311.704,00	1.479.077,43	1.675.203,10	1.897.335,03
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0	0	0	0	0
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.668.671,78	0	0	0	0
RECEITAS TRIBUTÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITAS DE CONTRIB. INTRA-ORÇAMENTÁRIA	6.668.671,78	0	0	0	0
RECEITAS PATRIMONIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITAS AGROPECUÁRIA INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITAS INDUSTRIAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
RECEITAS DE SERVIÇOS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
OUTRAS REC. CORRENTES INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0

ESPECIFICAÇÃO	ARRECADADA		ORÇADA	PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
ALIENAÇÃO DE BENS INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
AMORTIZ.DE EMPRESTIMO INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
OUTRAS REC.DE CAPITAL INTRA-ORÇAMENTÁRIA	0	0	0	0	0
DEDUÇÕES DAS RECEITAS CORRENTES	-8.507.428,19	-8.639.968,40	-9.742.428,37	-11.034.274,37	-12.497.419,15
DEDUÇÕES DA RECEITA DE TRANSF. CORRENTES	-8.507.428,19	-8.639.968,40	-9.742.428,37	-11.034.274,37	-12.497.419,15
Total	118.347.260,55	113.176.791,36	127.618.149,94	144.540.316,62	163.706.362,60

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DAS METAS ANUAIS
II DESPESAS
EXERCÍCIO DE 2024

MMF - Demonstrativo 1 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

CATEGORIA ECONÔMICA E GRUPOS DE NATUREZA DE DESPESAS	EXECUTADA		ORÇADA	PREVISÃO	
	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (I)	98.991.101,56	103.663.926,25	116.891.443,24	132.391.248,61	149.946.328,18
Pessoal e Encargos Sociais	69.230.253,33	74.785.302,49	84.327.907,09	95.509.787,57	108.174.385,40
Aplicações Diretas	62.983.068,04	66.827.063,29	75.354.196,57	85.346.163,03	96.663.064,25
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	6.247.185,29	7.958.239,20	8.973.710,52	10.163.624,54	11.511.321,15
Juros e Encargos da Dívida	-	4.306,00	4.855,45	5.499,28	6.228,48
Aplicações Diretas	-	4.306,00	4.855,45	5.499,28	6.228,48
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	-	-	-	-	-
Outras Despesas Correntes	29.760.848,23	28.874.317,76	32.558.680,71	36.875.961,77	41.765.714,30
Aplicações Diretas	28.954.912,27	27.994.440,76	31.566.531,40	35.752.253,46	40.493.002,27
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	805.935,96	879.877,00	992.149,31	1.123.708,30	1.272.712,02
DESPESA DE CAPITAL (II)	3.626.139,83	9.387.212,11	10.585.020,38	11.988.594,08	13.578.281,65
Investimentos	3.178.534,85	7.740.682,11	8.728.393,15	9.885.778,08	11.196.632,25
Aplicações Diretas	3.178.534,85	7.740.682,11	8.728.393,15	9.885.778,08	11.196.632,25
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	-	-	-	-	-
Inversões Financeiras	-	70.612,00	79.622,09	90.179,98	102.137,85
Aplicações Diretas	-	70.612,00	79.622,09	90.179,98	102.137,85
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	-	-	-	-	-
Transferência de Capital	-	-	-	-	-
Amortização da Dívida	447.604,98	1.575.918,00	1.777.005,14	2.012.636,02	2.279.511,55
Aplicações Diretas	179.101,58	175.265,00	197.628,81	223.834,39	253.514,84
Aplicações Diretas- Órgãos,Fundos Entidades	268.503,40	1.400.653,00	1.579.376,32	1.788.801,62	2.025.996,72

RESERVA DE CONTINGÊNCIA (III)	-	125.653,00	141.686,32	160.473,93	181.752,77
Total	102.617.241,39	113.176.791,36	127.618.149,94	144.540.316,62	163.706.362,60

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DAS METAS ANUAIS
III RESULTADOS PRIMÁRIOS
EXERCÍCIO DE 2024

MMF - Demonstrativo 1 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
DESPESAS CORRENTES (X)	98.991.101,56	103.663.926,25	116.891.443,24	132.391.248,61	149.946.328,18
Pessoal e Encargos Sociais	69.230.253,33	74.785.302,49	84.327.907,09	95.509.787,57	108.174.385,40
Juros e Encargos da Dívida (XI)	0	4.306,00	4.855,45	5.499,28	6.228,48
Outras Despesas Correntes	29.760.848,23	28.874.317,76	32.558.680,71	36.875.961,77	41.765.714,30
DESPESAS FISCAIS CORRENTES (XII) = (X - XI)	98.991.101,56	103.659.620,25	116.886.587,79	132.385.749,34	149.940.099,70
DESPESAS DE CAPITAL (XIII)	3.626.139,83	9.387.212,11	10.585.020,38	11.988.594,08	13.578.281,65
Investimentos	3.178.534,85	7.740.682,11	8.728.393,15	9.885.778,08	11.196.632,25
Inversões Financeiras	0	70.612,00	79.622,09	90.179,98	102.137,85
Transferência de Capital	0	0	0	0	0
Amortização da Dívida (XIV)	447.604,98	1.575.918,00	1.777.005,14	2.012.636,02	2.279.511,55
DESPESAS FISCAIS DE CAPITAL (XV) = (XIII - XIV)	3.178.534,85	7.811.294,11	8.808.015,24	9.975.958,06	11.298.770,10
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	0	125.653,00	141.686,32	160.473,93	181.752,77
DESPESAS NÃO-FINANCEIRAS (OU DESPESAS FISCAIS LÍQUIDAS) (XVII) = (XII + XV)	102.169.636,41	111.470.914,36	125.694.603,03	142.361.707,39	161.238.869,79
DESPESA TOTAL	102.617.241,39	113.176.791,36	127.618.149,94	144.540.316,62	163.706.362,6
Resultado Primário (IX - XVII)	15.625.495,13	-8.823.147,00	-9.948.980,56	-11.268.215,38	-12.762.380,7

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
METODOLOGIA E MEMÓRIA DAS METAS ANUAIS
III RESULTADO NOMINAL
EXERCÍCIO DE 2024

MMF - Demonstrativo 1 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	2021 (c)	2022 (d)	2023 (e)	2024 (f)	2025 (g)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.327.565,14	6.751.647,14	4.974.642,00	2.962.005,99	682.494,43
DEDUÇÕES (II)	11.804.815,77	11.082.345,28	10.399.965,21	10.690.587,25	10.919.419,75
Ativo Disponível	18.307.000,81	17.391.650,77	16.522.068,23	16.687.288,91	16.854.161,80
Haveres Financeiros	109.299,84	103.834,85	98.643,11	99.629,54	100.625,83
(-) Restos a Pagar Processados	6.611.484,88	6.413.140,33	6.220.746,12	6.096.331,20	6.035.367,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-3.477.250,63	-4.330.698,14	-5.425.323,21	-7.728.581,26	-10.236.925,31
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	-	-	-	-	-
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	-	-	-	-	-
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (III + IV - V)	-3.477.250,63	-4.330.698,14	-5.425.323,21	-7.728.581,26	-10.236.925,31
	(b - c)	(c - d)	(d - e)	(e - f)	(f - g)
RESULTADO NOMINAL	4.437.598,41	5.458.194,95	853.447,51	1.094.625,07	2.303.258,05
	2.508.344,05				

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
 METODOLOGIA E MEMÓRIA DAS METAS ANUAIS
V MONTANTE DA DÍVIDA PÚBLICA
 EXERCÍCIO DE 2024

MMF - Demonstrativo 1 (LRF, art.4º, §2º, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	2021	2022	2023	2024	2025
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	8.327.565,14	6.751.647,14	4.974.642,00	2.962.005,99	682.494,43
Dívida Mobiliária	-	-	-	-	-
Outras Dívidas	8.327.565,14	6.751.647,14	4.974.642,00	2.962.005,99	682.494,43
DEDUÇÕES (II)	11.804.815,77	11.082.345,28	10.399.965,21	10.690.587,25	10.919.419,75
Ativo Disponível	18.307.000,81	17.391.650,77	16.522.068,23	16.687.288,91	16.854.161,80
Haveres Financeiros	109.299,84	103.834,85	98.643,11	99.629,54	100.625,83
(-) Restos a Pagar	6.611.484,88	6.413.140,33	6.220.746,12	6.096.331,20	6.035.367,89
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	-3.477.250,63	-4.330.698,14	-5.425.323,21	-7.728.581,26	-10.236.925,31



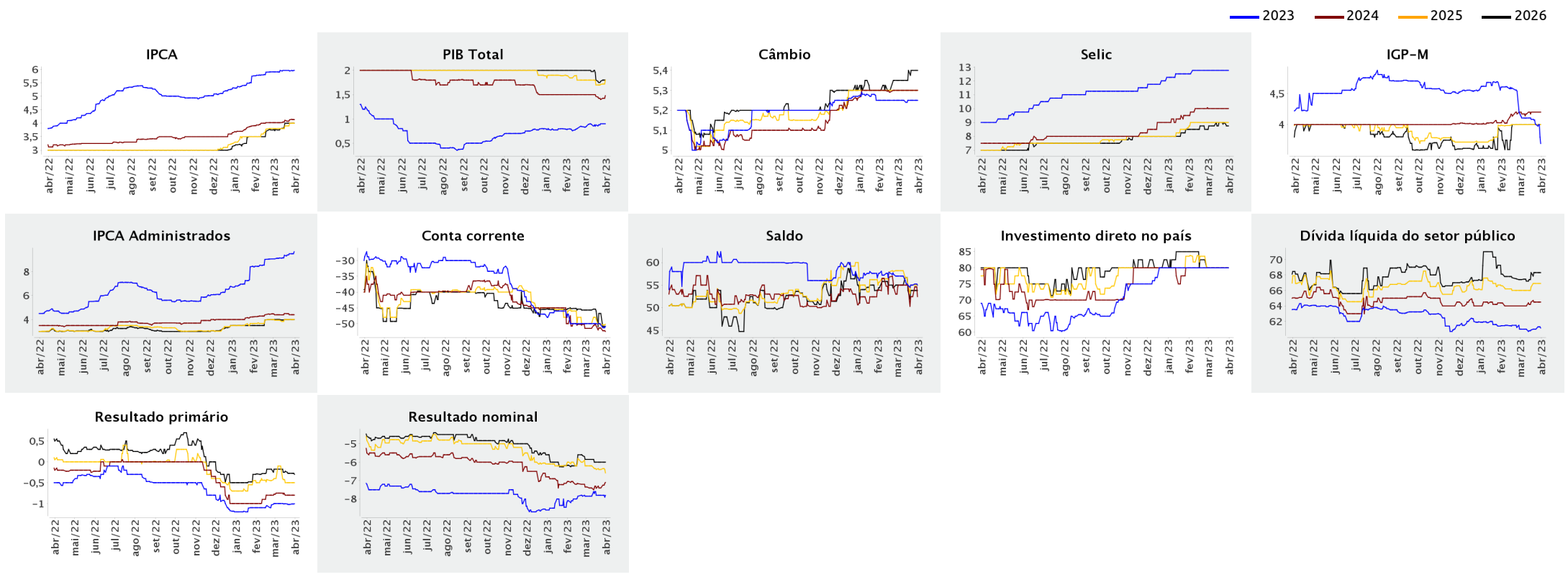
Expectativas de Mercado

31 de março de 2023

▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado	2023							2024							2025							2026						
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Resp. ***
IPCA (variação %)	5,90	5,93	5,96	▲ (1)	149	6,03	52	4,02	4,13	4,13	= (1)	142	4,05	50	3,80	4,00	4,00	= (1)	121			3,77	4,00	4,00	= (2)	111		
PIB Total (variação % sobre ano anterior)	0,85	0,90	0,90	= (1)	107	0,85	33	1,50	1,40	1,48	▲ (1)	96	1,50	29	1,80	1,71	1,80	▲ (2)	75			2,00	1,78	1,80	▲ (1)	73		
Câmbio (R\$/US\$)	5,25	5,25	5,25	= (9)	112	5,20	40	5,30	5,30	5,30	= (5)	104	5,25	39	5,30	5,30	5,30	= (15)	77			5,35	5,40	5,40	= (2)	75		
Selic (% a.a)	12,75	12,75	12,75	= (7)	137	12,50	63	10,00	10,00	10,00	= (7)	130	10,00	60	9,00	9,00	9,00	= (8)	106			8,75	9,00	8,75	▼ (1)	99		
IGP-M (variação %)	4,11	4,00	3,70	▼ (3)	78	3,51	31	4,17	4,20	4,20	= (2)	66	4,20	29	4,00	4,00	4,00	= (6)	56			4,00	4,00	4,00	= (6)	54		
IPCA Administrados (variação %)	9,05	9,48	9,65	▲ (18)	98	9,95	28	4,40	4,40	4,40	= (1)	81	4,31	26	3,94	4,00	4,00	= (2)	53			4,00	4,00	4,00	= (5)	49		
Conta corrente (US\$ bilhões)	-50,00	-50,40	-50,84	▼ (2)	26	-51,80	9	-51,50	-51,39	-52,50	▼ (2)	25	-53,60	8	-50,00	-50,20	-50,20	= (1)	16			-45,70	-46,78	-50,89	▼ (3)	16		
Balança comercial (US\$ bilhões)	57,00	55,00	55,00	= (2)	25	56,24	8	55,00	52,44	52,44	= (1)	22	58,00	6	58,20	55,00	55,00	= (2)	13			55,00	53,80	53,80	= (2)	13		
Investimento direto no país (US\$ bilhões)	80,00	80,00	80,00	= (14)	23	80,00	7	80,00	80,00	80,00	= (9)	22	80,15	6	80,00	80,00	80,00	= (4)	15			80,00	80,00	80,00	= (4)	15		
Dívida líquida do setor público (% do PIB)	61,00	61,00	61,15	▲ (2)	26	61,50	6	64,00	64,50	64,50	= (2)	22	64,00	4	66,00	66,90	66,90	= (1)	19			67,40	68,30	68,30	= (2)	17		
Resultado primário (% do PIB)	-1,00	-1,02	-1,01	▲ (1)	40	-1,10	11	-0,75	-0,80	-0,80	= (2)	36	-0,75	9	-0,40	-0,50	-0,50	= (2)	26			-0,18	-0,28	-0,30	▼ (3)	23		
Resultado nominal (% do PIB)	-7,85	-7,80	-7,80	= (2)	26	-7,80	7	-7,35	-7,40	-7,10	▲ (2)	23	-7,00	5	-6,20	-6,40	-6,59	▼ (1)	18			-5,85	-6,00	-6,00	= (2)	15		

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias *** respondentes nos últimos 5 dias úteis





Expectativas de Mercado

31 de março de 2023

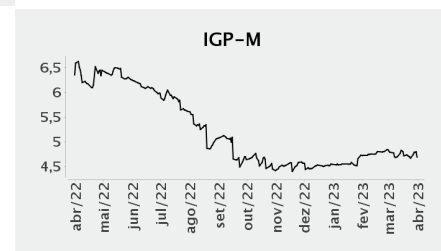
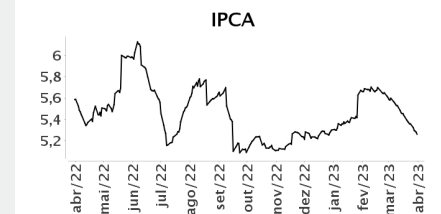
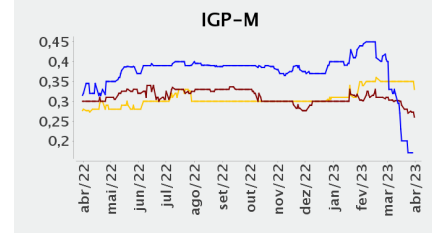
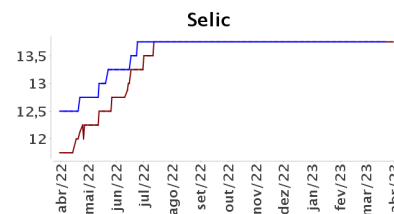
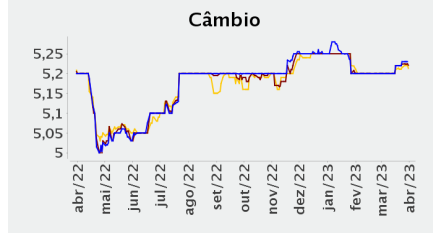
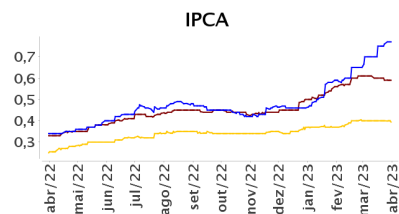
▲ Aumento ▼ Diminuição = Estabilidade

Mediana - Agregado

	mar/2023					abr/2023					mai/2023					Infl. 12 m suav.									
	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	Há 4 semanas	Há 1 semana	Hoje	Comp. semanal *	Resp. **	5 dias úteis	
IPCA (variação %)	0,70	0,76	0,77	▲ (3)	147	0,75	0,61	0,59	0,59	= (1)	146	0,60	0,40	0,40	0,39	▼ (1)	146	0,38	5,60	5,36	5,26	▼ (6)	120	5,30	
Câmbio (R\$/US\$)	5,20	5,23	-				5,20	5,22	5,22	= (2)	108	5,19	5,20	5,22	5,21	▼ (1)	108	5,20							
Selic (% a.a.)	13,75	-	-				-	-	-				13,75	13,75	13,75	= (37)	136	13,75							
IGP-M (variação %)	0,33	0,17	-				0,30	0,27	0,26	▼ (3)	73	0,25	0,35	0,35	0,33	▼ (1)	73	0,25	4,79	4,67	4,69	▲ (1)	63	4,66	

* comportamento dos indicadores desde o Focus-Relatório de Mercado anterior; os valores entre parênteses expressam o número de semanas em que vem ocorrendo o último comportamento ** respondentes nos últimos 30 dias

— mar/2023 — abr/2023 — mai/2023





ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
01.0103101012.001	Manutenção das Ações do Legislativo Municipal	2.450.244,48	2.536.248,06	2.618.676,12	2.703.783,09	10.308.951,75
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Legislativo Municipal						
02.0412201182.002	Manutenção de Convênios de Cooperação Mutua	208.807,89	216.137,05	223.161,51	230.414,25	878.520,70
Manutencao de Convenios de Cooperacao Mutua de Interesse Publico, Firmados com Entidades e Orgaos Governamentais e nao Governamentais.						
02.0412201362.003	Manutencao das Atividades do Gabinete do Prefeito	751.303,80	777.674,57	802.948,99	829.044,83	3.160.972,19
Manutencao das Atividades do Gabinete do Prefeito.						
02.0412201372.004	Funcionamento da Junta do Servico Militar	227.957,24	235.958,54	243.627,19	251.545,07	959.088,04
Funcionamento da Junta do Servico Militar.						
02.0412201372.005	Contribuições Previdenciárias	216.053,59	223.637,07	230.905,28	238.409,70	909.005,64
Contribuicoes Previdenciarias.						
02.0413101842.006	Manutenção das Ações de Divulgação e Promoção do Município	210.878,09	218.279,91	225.374,01	232.698,66	887.230,67
Divulgacao e Promocao do Municipio.						
02.0206101042.007	Manutenção das Ações da Procuradoria Geral do Município	569.436,73	589.423,96	608.580,24	628.359,09	2.395.800,02
Promover as Atividades da Procuradoria Geral do Municipio.						
02.0412401422.008	Manutenção das Ações da Controladoria Geral do Município	253.524,21	262.422,91	270.951,66	279.757,58	1.066.656,36
Promover as Acoes do Controle Interno da Administracao Municipal.						
03.0412201372.009	Manutenção das Ações das Secretaria de Administração e Finanças.	2.530.019,64	2.618.823,33	2.703.935,09	2.791.812,97	10.644.591,03
<p>Assegurar Recursos para a Manutenção das Ações das Secretaria de Administração e Finanças.</p>						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
04.1030102711.003	Construção e Reforma de Academia de Saúde na Sede e Distritos	209.842,99	217.208,48	224.267,76	231.556,46	882.875,69
Assegurar Recursos para Construção e Reforma de Academia de Saúde na Sede e Diversos Distritos do Município.						
04.1030102711.004	Construção, Reforma e Ampliação de Centros de Reabilitação	225.369,49	233.279,96	240.861,56	248.689,55	948.200,56
<p>Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Centros de Reabilitação para Atendimento a Região Serrana do Município.</p>						
04.1030102712.017	Manutenção das Ações do Programas de Atenção Básicas - PAB	6.324.587,55	6.546.580,58	6.759.344,45	6.979.023,14	26.609.535,72
Assegurar Recursos para Manutencao das Ações do Programas de Atenção Basicas de Saude.						
04.1030102762.018	Apoio ao Programa Mais Médicos	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Garantir o Apoio ao Programa Mais Médicos, Buscando Resolver a Questão Emergencial do Atendimento Básico ao Cidadão, Mas Também Cria Condições para Continuar a Garantir Um Atendimento Qualificado no Futuro para Aqueles Que Acessam Cotidiana						
04.1030102762.019	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus - PAB	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						
04.1030202712.020	Func.do Consorcio Intermunicipal de Saúde Publica	610.944,24	632.388,39	652.941,01	674.161,59	2.570.435,23
Defender, Ampliar, Promover a Interacao, Fortalecer e Desenvolver a Capacidade Administrativa, Tecnica e Financeira dos Servicos Publicos de Saude nos Municipios que Integram o Consorcio intermunicipal de Saude da Jurisdicao deste Municipio						
04.1030202761.005	Reforma e Ampliação no Hospital e Maternidade Otacilio Mota	230.027,44	238.101,41	245.839,71	253.829,49	967.798,05
Assegurar Recursos para Reforma e/ou Ampliação no Hospital e Maternidade Otalício Mota - HMOM						
04.1030202762.021	Manutenção das Ações dos Programas de Media e Alta Complexidade - MAC	5.078.435,84	5.256.688,94	5.427.531,33	5.603.926,09	21.366.582,20
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações Desenvolvidas com Laboratorios, Ultra Som em Geral, Hospitais, Neurologia, Etc.						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
04.1030202762.022	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus - MAC	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						
04.1030202812.023	Manutenção das Ações do Programa de Assistência Farmacêutica	342.335,79	354.351,78	365.868,21	377.758,92	1.440.314,70
Assegurar Recursos para Manutenção das Atividades Farmacêutica das Unidades de Saude com Medicamentos para um Atendimento Digno a Populacao.						
04.1030402862.024	Manutenção das Ações de Vigilância em Saúde	857.815,59	887.924,92	916.782,48	946.577,90	3.609.100,89
Assegurar Recursos para Manutencao das Ações dos Programas de Edemias, Vigilancia Sanitaria e Epidemiologicas.						
05.0412201372.025	Manutenção das Ações dos Conselhos Vinculados	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações dos Conselhos Vinculados						
05.1236103311.006	Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental	268.119,12	277.530,10	286.549,83	295.862,69	1.128.061,74
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Fundamental para Melhor Atender os Alunos do Ensino do Município.						
05.1236103312.026	Manutencao do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola)	208.807,89	216.137,05	223.161,51	230.414,25	878.520,70
Assegurar Recursos para Manutencao do PDDE (Programa Dinheiro Direto na Escola).						
05.1236103312.027	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus – Ensino Fundamental	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						
05.1236503712.028	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus – Ensino Infantil	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
05.1236203442.044	Manutenção de Apoio as Ações do Ensino Médio	265.738,39	275.065,81	284.005,45	293.235,62	1.118.045,27
Assegurar Recursos para Manutencao das Atividades do Ensino Medio em Parceria com a Secretaria, de Educacao do Estado do Ceara.						
05.1236503711.010	Construção, Reforma e Ampliação de Escolas do Ensino Infantil	224.334,39	232.208,53	239.755,31	247.547,35	943.845,58
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Escolares do Ensino Infantil. 						
05.1236503712.045	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus – Ensino Infantil	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						
05.1236503712.046	Remuneração dos profissionais da Educação do Ensino Infantil	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Remuneração dos profissionais da Educação do Ensino Infantil						
05.1236603442.047	Remuneração dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos - EJA	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Remuneração dos profissionais da Educação de Jovens e Adultos - EJA						
05.1236603442.048	Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos - EJA	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações da Educação de Jovens e Adultos						
05.1236803312.049	Manutenção do Transporte Escolar	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Manutenção do Transporte Escolar.						
06.1339104011.011	Construção, Ampliação e Reforma no Horto do Cristo Redentor	278.159,59	287.922,99	297.280,49	306.942,10	1.170.305,17
Garantir a Construção, Reforma e Ampliacao no Polo Turistico, Artesanal e Cultural do Horto do Cristo Redentor.						
06.1339204071.012	Implantação e Manutenção do Centro de Cultura	208.807,89	216.137,05	223.161,51	230.414,25	878.520,70



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
Garantir Recursos par Implantação e Manutenção do Centro de Cultura na Sede do Município.						
06.1339204072.050	Manutencao dos Programas de Difusao Cultural	582.478,99	602.924,01	622.519,04	642.750,90	2.450.672,94
Garantir a Manutencao dos Programas de Difusao Cultural.						
06.2781207162.051	Manutenção das Ações do Desporto Amador.do Desporto Amador	230.234,46	238.315,69	246.060,95	254.057,92	968.669,02
<p>Assegurar Recursos para a Manutenção das Ações do Desporto Amador.</p>						
07.0412201372.052	Manutenção das Ações da Sec. de Obra, Inf. e Rec. Hídricos.	2.024.435,40	2.095.493,09	2.163.596,62	2.233.913,50	8.517.438,61
<p>Assegurar Recursos para a Manutenção das Ações da Sec. de Obra, Inf. e Rec. Hídricos.</p>						
07.0412201372.053	Manutenção das Ações do DEMUTRAN	356.102,62	368.601,83	380.581,39	392.950,28	1.498.236,12
<p>Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Departamento Municipal de Transito DEMUTRAN</p>						
07.0412201372.054	Contribuicoes Previdenciarias	213.983,39	221.494,21	228.692,77	236.125,28	900.295,65
Contribuicoes Previdenciarias.						
07.1545104321.013	Construção, Reforma e Ampliação da Pavimentação de Vias e Logradouros Públicos	472.758,39	489.352,21	505.256,16	521.676,98	1.989.043,74
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação da Pavimentação de Vias e Logradouros Públicos						
07.1545105121.014	Construção, Reforma e Ampliação de Prédio e Equipamentos Públicos	333.019,89	344.708,89	355.911,93	367.479,06	1.401.119,77
<p>Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Prédio e Equipamentos Públicos</p>						
07.1545105121.015	Aquisição de Imóveis para Implantação de Obras Públicas	213.983,39	221.494,21	228.692,77	236.125,28	900.295,65
Assegurar Recuros para Melhoria na Infra Estrutura Urbana do Município.						
07.1545204321.016	Construção, Reforma e Ampliação de Praças, Parques e Jardins	304.037,09	314.708,80	324.936,84	335.497,28	1.279.180,01



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Praças, Parques e Jardins. 						
07.1545204321.017	Construção, Reforma e Ampliação da Pavimentação Asfáltica	394.090,79	407.923,38	421.180,89	434.869,26	1.658.064,32
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação da Pavimentação Asfáltica na Sede e nos Distritos do Município.						
07.1545204322.055	Manutenção das Vias e Logradouros Públicos.	511.160,60	529.102,34	546.298,17	564.052,85	2.150.613,96
Assegurar Recursos para Manutenção das Vias e Logradouros Públicos.						
07.1545204372.056	Manutenção de Cemitérios Públicos	234.685,39	242.922,85	250.817,84	258.969,41	987.395,49
Assegurar Recursos para Manutencao de Cemiterios Públicos.						
07.1545204382.057	Ações de Manutenção da Iluminação Publica	2.400.443,75	2.484.699,33	2.565.452,06	2.648.829,25	10.099.424,39
<p>Assegurar Recursos Ações de Manutencao da Iluminacao Publica.</p>						
07.1545206862.058	Manutenção e Conservação da Malha Viária Municipal	867.338,51	897.782,09	926.960,01	957.086,20	3.649.166,81
Assegurar Recrusos para Manutenção e Conservação da Malha Viária Municipal.						
07.1751104711.018	Construção, Reforma e Ampliação de de Cacimbas, Cacimbões e Poços Profundos.	256.422,49	265.422,92	274.049,17	282.955,76	1.078.850,34
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de de Cacimbas, Cacimbões e Poços Profundos para dar Apoio aos Pequenos Produtores Rurais do Município.						
07.1751104721.019	Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias Domiciliares	239.860,89	248.280,01	256.349,11	264.680,45	1.009.170,46
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Unidades Sanitárias Domiciliares						
07.1751204771.020	Construção, Reforma e Ampliação Canais, Redes de Esgoto e Drenagem.	400.301,39	414.351,97	427.818,41	441.722,50	1.684.194,27
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação Canais, Redes de Esgoto e Drenagem.						
07.1751204771.021	Construção, Reforma e Ampliação de Aterros Sanitários	428.249,09	443.280,64	457.687,26	472.562,09	1.801.779,08



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Aterros Sanitários.						
07.1751204772.059	Manutenção das Ações do Saneamento e Abastecimento D'água	335.711,15	347.494,61	358.788,19	370.448,80	1.412.442,75
Assegurar Recursos para Ações de Manutenção do Saneamento e Abastecimento D'água no município.						
07.1751204781.022	Construção, Reforma e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário.	508.986,89	526.852,33	543.975,03	561.654,21	2.141.468,46
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação do Sistema de Esgotamento Sanitário.						
07.1854405121.023	Construção, Reforma e Ampliação de Obras de Estrutura Hídrica	245.036,39	253.637,17	261.880,38	270.391,49	1.030.945,43
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Obras de Estrutura Hídrica do Município com Novos Acudes e Barragens.						
07.2060505621.024	Construção, Reforma e Ampliação de Mercados, Matadouros Públicos.	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Mercados, Matadouros Públicos. Visando Atender a Usuarios e Permissionarios.						
07.2060505671.025	Construção, Reforma e Ampliação de Mercados, Matadouros e Galpao para Feirantes.	219.158,89	226.851,37	234.224,04	241.836,31	922.070,61
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Mercados, Matadouros e Galpao para Feirantes						
07.2575206661.026	Construção, Reforma e Ampliação de Redes de Energia Elétrica	410.652,39	425.066,29	438.880,95	453.144,57	1.727.744,20
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Redes de Energia Elétrica no município.						
07.2645301512.060	Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento no Município	227.439,69	235.422,83	243.074,07	250.973,97	956.910,56
Assegurar Recursos para Implantação de Sistema de Vídeo Monitoramento no Município						
07.2678205122.061	Ações de Manutenção do Terminal Rodoviário	229.820,42	237.887,12	245.618,45	253.601,04	966.927,03
Assegurar Recursos para Ações de Manutenção do Terminal Rodoviário.						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
07.2678206861.027	Construção, Reforma e Ampliação de Passagens Molhadas	242.966,19	251.494,31	259.667,88	268.107,08	1.022.235,46
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Passagens Molhadas.						
07.2678206861.028	Construção, Reforma e Ampliação da Malha Viária	211.764,14	219.197,06	226.320,97	233.676,40	890.958,57
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Novas Estradas, Bueiros, Pavimentação, Estradas Vicinais e Outras Obras.						
07.2781107111.029	Construção, Reforma e Ampliação de Parques Recreativos Esportivos.	229.509,89	237.565,69	245.286,58	253.258,39	965.620,55
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Parques Recreativos, Esportivos.do município.						
07.2781107111.030	Construção, Ampliação e Reforma de Quadras Esportivas	229.509,89	237.565,69	245.286,58	253.258,39	965.620,55
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Quadras Esportivas do município; 						
08.0412201372.062	Manutenção das Ações da Secretaria de Transporte	1.466.350,88	1.517.819,80	1.567.148,94	1.618.081,27	6.169.400,89
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações da Secretaria de Transporte						
09.0412201372.063	Manutenção das Ações Sec. Des. Agrario	934.102,46	966.889,46	998.313,37	1.030.758,55	3.930.063,84
Manutenção das Ações Secretaria de Desenvolvimento Agrário.						
09.0412201372.064	Contribuições Previdenciárias	208.807,89	216.137,05	223.161,51	230.414,25	878.520,70
Assegurar Recursos para Contribuições Previdenciárias.						
09.2060605672.065	Assistência aos Pequeno Agricultor e Pecuarista	215.018,49	222.565,64	229.799,02	237.267,48	904.650,63
Assegurar Recursos para dar Assistência ao Pequeno Agricultor e Pecuarista.						
09.2069205672.066	Manutenção de Mercados, Feiras e Matadouros	256.940,04	265.958,64	274.602,30	283.526,87	1.081.027,85
<p>Assegurar Recursos para Manutenção de Mercados, Feiras e Matadouros.</p>						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
10.0412201372.067	Manutenção das Ações dos Conselhos Vinculados	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
<p>Assegurar Recursos para Manutenção das Ações dos Conselhos Vinculados</p>						
10.0812201362.068	Manutencao das Atividades da Defesa Civil Municipal.	215.018,49	222.565,64	229.799,02	237.267,48	904.650,63
Assegurar Recursos para Manutencao das Ações da Defesa Civil no Ambito do Municipio.						
10.0812201362.069	Manutenção da Ações do Conselho TutelarTutelar.	219.158,89	226.851,37	234.224,04	241.836,31	922.070,61
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações dos Conselho Tutelar.						
10.0824102211.031	Construção, Reforma e Ampliação de Centros de Referencia	239.757,38	248.172,87	256.238,49	264.566,23	1.008.734,97
Assegurar Recursos para Construção, Reforma e Ampliação de Centros de Referencia.						
10.0824401372.070	Manutenção das Ações da Sec. de Ação Social e Trabalho.	254.352,29	263.280,06	271.836,66	280.671,34	1.070.140,35
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações da Secretaria de Assitência Social e Trablho.						
10.0824402372.071	Manutenção das Ações da Cozinha Comunitaria.	219.158,89	226.851,37	234.224,04	241.836,31	922.070,61
Assegurar Recursos para Manutencao das atividades da cozinha comunitaria.						
10.0824402372.072	Manutenção das Ações de Enfrentamento ao Coronavírus	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Trata-se de orientações aos entes da Federação quanto a contabilização e ao tratamento fiscal de recursos recebidos e aplicados no enfretamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus.						
10.1624402372.073	Manutenção das Ações de melhoria Habitacional de Interesse Social	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações de melhoria Habitacional de Interesse Social						
10.1648102371.032	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais Rurais	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
Assegurar Recursos para Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais Rurais 						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
10.1648204511.033	Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais Urbanas	244.001,29	252.565,74	260.774,13	269.249,28	1.026.590,44
Assegurar recursos para Construção, Ampliação e Reforma de Unidades Habitacionais Populares. 						
10.2884600602.074	Pagamento de Sentenças Judiciais	250.211,89	258.994,33	267.411,65	276.102,52	1.052.720,39
<p>Assegurar Recursos para Pagamento de Sentenças Judiciais</p>						
10.0824302312.075	Manutenção das Ações do FMDCA	449.365,13	465.137,85	480.254,83	495.863,11	1.890.620,92
Assegurar Recursos para a Manutenção das Ações de Funcionamento do Fundo Municipal de Assitencia a Crianca e aoAdolescente.						
10.0824202372.076	Manutenção das Ações de Assistência a Pessoas com Deficiências.	203.218,35	210.351,32	217.187,74	224.246,34	855.003,75
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações de Assistência a Pessoas com Deficiências.						
10.0824302312.077	Manutenção das Ações das Entidades - Proteção Básica.	203.839,41	210.994,18	217.851,49	224.931,66	857.616,74
Assegurar Recurso para Manutenção das Ações das Entidades - Protecao Basica.						
10.0824302312.078	Manutenção das Ações das Entidades das Entidades - Protecao Especial.	205.081,53	212.279,89	219.178,99	226.302,30	862.842,71
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações das Entidades - Protecao Especial.						
10.0824302312.079	Manutenção das Ações do Programa Primeira Infância - CRIANCA FELIZ	422.245,51	437.066,33	451.270,99	465.937,29	1.776.520,12
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Programa Primeira Infância - CRIANCA FELIZ						
10.0824302322.080	Manutenção da Ações do Programa de Erradicação do Trab.Infantil-AEPETI	274.122,70	283.744,41	292.966,10	302.487,49	1.153.320,70
Assegurar Recursos para Manutenção da Ações do Programa de Erradicação do Trab.Infantil-AEPETI						
10.0824402312.081	Manutenção das Ações do Programa BCP na Escola	213.465,84	220.958,49	228.139,64	235.554,17	898.118,14



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Programa BCP na Escola.						
10.0824402372.082	Manutenção das Ações do Programa do Bolsa Família - IGD/PBF.	537.866,18	556.745,29	574.839,51	593.521,79	2.262.972,77
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Programa do Bolsa Família - IGD/PBF.						
10.0824402372.083	Manutenção das Ações do Programa do IGD/SUAS	227.957,24	235.958,54	243.627,19	251.545,07	959.088,04
Assegurar recursos para Manutenção das Ações do Programa do IGD/SUAS.						
10.0824402372.084	Manutenção das Ações do Programa de Benefícios Eventuais - BE	260.976,93	270.137,22	278.916,68	287.981,47	1.098.012,30
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Programa de Benefícios Eventuais - BE						
10.0824402372.085	Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Assistência Social - F.M.A.S.	2.568.007,81	2.658.144,89	2.744.534,60	2.833.731,97	10.804.419,27
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Fundo Municipal da Assistência Social - F.M.A.S.						
10.0824402372.086	Manutenção das Ações do CRAS/PAIF	543.145,19	562.209,59	580.481,40	599.347,04	2.285.183,22
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do CRAS/PAIF						
10.0824402372.087	Manutenção das Ações Bloco da Proteção Social Especial de Media Complexidade.	381.669,59	395.066,20	407.905,85	421.162,78	1.605.804,42
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Bloco da Proteção Social Especial de Media Complexidade.						
10.0824402372.088	Manutenção das Ações do SCFV;	557.326,06	576.888,21	595.637,08	614.995,28	2.344.846,63
<p>Assegurar Recursos para manutenção dos serviços de convivência e fortalecimento de vínculos para crianças e adolescentes: de 0 a 06 anos, de 06 a 15 anos, de 15 a 17 anos e						
10.0824402372.089	Manutenção das Ações do Prog.Nac.de Promocao do Acesso ao Mundo do Trabalho-ACES	244.001,29	252.565,74	260.774,13	269.249,28	1.026.590,44
Assegurar Recursos para Manutenção do Programa Nacional de Promocao do Acesso ao Mundo do Trabalho - ACESSUAS.						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
10.0824402372.090	Manutenção das Ações do Programa Equipe Volante.	251.764,54	260.601,48	269.071,03	277.815,83	1.059.252,88
Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Programa Equipe Volante.						
10.0824402372.091	Manut.do Prog.do Sistema de Gestao de Transferencias Voluntarias-SIGTV	457.231,89	473.280,73	488.662,36	504.543,88	1.923.718,86
Assegurar Recursos para Manutencao do Programa do Sistema de Gestao de Transferencias Voluntarias - SIGTV.						
10.0824102212.092	Manutenção das Ações do Fundo Munic. de Direitos do Idoso - FMDI	208.704,38	216.029,91	223.050,88	230.300,03	878.085,20
Assegurar Recursos para Amparo Assistencial ao Idoso, conforme Lei Municipal n 718/2011.						
11.0927202462.093	Manutenção das Ações Administrativa e Operacionais do F.M.S.S.	10.549.456,89	10.919.742,83	11.274.634,47	11.641.060,08	44.384.894,27
Assegurar Recursos para Manutencao das Ações Administrativas e Operacionais do F.M.S.S.						
12.1751204761.034	Construção, Reforma e Ampliação da Rede de Abastecimento D'água e Esgoto - SAAE	405.476,89	419.709,13	433.349,68	447.433,54	1.705.969,24
Assegurar Recuros para Construção, Reforma e Ampliação da Rede de Abastecimento D'água e Esgoto - SAAE						
12.1751204762.094	Manutenção das Ações do SAAE	4.248.285,64	4.397.400,47	4.540.315,99	4.687.876,25	17.873.878,35
Assegurar Recursos par Funcionamento das Atividades Administrativas e Operacionais Desenvolvidas pelo Servico Autonomo de Agua e Esgoto - SAAE						
13.1545204362.095	Manutenção das Ações de Limpeza Publica	1.778.537,04	1.840.963,69	1.900.795,01	1.962.570,84	7.482.866,58
<p>Assegurar Recursos para Manutenção das Ações de Limpeza Publica</p>						
13.1545204792.096	Participação no Consorcio para Manejo de Resíduos Sólidos.	643.549,89	666.138,49	687.787,99	710.141,09	2.707.617,46
Assegurar Recursos para Participacao do Municipio no Consorcio entre os Municipios da Regiao.						
13.1854104312.097	Manutenção das Ações do Fundo Municipal do Meio Ambiente	1.487.984,47	1.540.212,73	1.590.269,65	1.641.953,41	6.260.420,26
<p>Assegurar Recursos para Manutenção das Ações do Fundo Municipal do Meio Ambiente FMMA</p>						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES - 2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025
88.2884300012.098	Amortizacao da Divida Publica - FGTS	212.223,72	219.672,78	226.812,15	234.183,54	892.892,19
Pagamento de Amortizacao e Encargos da Divida Publica Interna Junto ao FGTS						
88.2884300012.099	Amortizacao da Divida Publica - INSS	304.037,09	314.708,80	324.936,84	335.497,28	1.279.180,01
Pagamento de Amortizacao e Encargos da Divida Publica Interna Junto ao INSS						
88.2884300012.100	Amortizacao da Divida Publica - FMSS	1.668.298,89	1.726.856,18	1.782.979,01	1.840.925,82	7.019.059,90
Pagamento de Amortizacao e Encargos da Divida Fundada Junto ao FMSS						
88.2884500202.101	Contribuicoes para o PASEP	204.667,49	211.851,32	218.736,49	225.845,42	861.100,72
Pagamento de Contribuicoes ao PASEP						
88.2884500212.102	Outros Encargos do Seg. Social de Servidores de Autonomos	201.044,64	208.101,31	214.864,60	221.847,69	845.858,24
Outros Encargos do Seg. Social de Servidores de Autonomos.						
88.2884600502.103	Encargos com Indenizacoes e Restituicoes	201.044,64	208.101,31	214.864,60	221.847,69	845.858,24
Encargos com Indenizacoes e Restituicoes.						
88.2884600602.104	Cumprimento de Sentencas Judiciais	320.184,65	331.423,13	342.194,38	353.315,69	1.347.117,85
Cumprimento de Sentencas Judiciais.						
88.2884600892.105	Encargos de Exercicios Anteriores	947.662,27	980.925,22	1.012.805,29	1.045.721,46	3.987.114,24
Encargos de Exercicios Anteriores.						
99.9999999992.106	Reserva de Contingencia	327.844,39	339.351,73	350.380,66	361.768,02	1.379.344,80
Reserva de Contingencia.						



ESTADO DO CEARÁ
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPUEIRAS
ANEXO IV - DETALHAMENTO DE PROJETOS E ATIVIDADES -2022-2025

CÓDIGO	NOMENCLATURA	2022	2023	2024	2025	2022-2025	
		TOTAL:	113.176.791,36	117.149.296,74	120.956.648,89	124.887.739,97	476.170.476,96